

PENSAMENTOS & palavras

Interfaces da gestão escolar



ORGANIZADORA:
BETIJANE SOARES DE BARROS

VOLUME

4

Φ^Φhilos

PENSAMENTOS & palavras

Interfaces da gestão escolar

Além de incluir os estudos e as teorias fundamentais para a compreensão dos fundamentos da educação, esta coletânea possibilita aos estudantes, pesquisadores e aqueles envolvidos no processo de aprendizagem um olhar privilegiado sobre as questões inovadoras da área, como a influência das práticas pedagógicas, os avanços nos estudos da psicopedagogia, as habilidades necessárias para a docência, entre outros diversos tópicos.

ISBN 978-855296282-3



9 788552 962823


www.editoraphillos.com



PENSAMENTOS & PALAVRAS

Interfaces da gestão escolar

Volume 4

DIREÇÃO EDITORIAL: Willames Frank
DIAGRAMAÇÃO: Jeamerson de Oliveira
DESIGNER DE CAPA: Jeamerson de Oliveira
REVISÃO ORTOGRÁFICA: Radjane Morais
IMAGEM DE CAPA: <https://www.pexels.com>

O padrão ortográfico, o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas do autor. Da mesma forma, o conteúdo da obra é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu autor.



Todos os livros publicados pela Editora Phillos estão sob os direitos da Creative Commons 4.0
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

2017 Editora PHILLOS
Av. Santa Maria, Parque Oeste, 601.
Goiânia-GO
www.editoraphilos.com
editoraphilos@gmail.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S138p

Barros, Betijane Soares de

Pensamentos & palavras: interfaces da gestão escolar (Volume 4). [recurso digital] / Betijane Soares de Barros (Org.). – Goiânia-GO: Editora Phillos, 2019.

ISBN: 978-85-52962-82-3

Disponível em: <http://www.editoraphilos.com>

1. Educação. 2. Pedagogia. 3. Docência. 4. Ensino.
5. Aprendizagem. I. Título.

CDD: 370

Índices para catálogo sistemático:
1. Educação 370

BETIJANE SOARES DE BARROS (ORG.)

PENSAMENTOS & PALAVRAS

Interfaces da gestão escolar

Volume 4

Goiânia-GO
2019

Editora
Philos

Direção Editorial

Willames Frank da Silva Nascimento

Comitê Científico Editorial

Dr. Alberto Vivar Flores

Universidade Federal de Alagoas | UFAL (Brasil)

Dr^a. María Josefina Israel Semino

Universidade Federal do Rio Grande | FURG (Brasil)

Dr. Arivaldo Sezyshta

Universidade Federal da Paraíba | UFPB (Brasil)

Dr. Dante Ramaglia

Universidad Nacional de Cuyo | UNCUYO (Argentina)

Dr. Francisco Pereira Sousa

Universidade Federal de Alagoas | UFAL (Brasil)

Dr. Sirio Lopez Velasco

Universidade Federal do Rio Grande | FURG(Brasil)

Dr. Thierno Diop

Université Cheikh Anta Diop de Dakar | (Senegal)

Dr. Pablo Díaz Estevez

Universidad De La República Uruguay | UDELAR (Uruguay)

SOBRE A ORGANIZADORA



BETIJANE SOARES DE BARROS -
Possui Doutorado em Ciências da Educação e Doutorado em Ciências da Saúde, Mestrado em Ciências da Saúde, Especialização em Ciências Biológicas e Especialização em Neuropedagogia, Graduação em Ciências Biológicas.

Curriculum Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/4622045378974366>

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1.....	10
GESTÃO EM ESCOLA PÚBLICA	
<i>Adriana Cavalcante da Silva Lessa</i>	
<i>Betijane Soares de Barros</i>	
CAPÍTULO 2.....	22
APRENDIZAGEM DO ALUNO COM	
TRANSTORNOS GLOBAIS DO	
DESENVOLVIMENTO	
<i>Esrael dos Santos Ramos</i>	
CAPÍTULO 3.....	37
A FUNÇÃO SOCIAL DO COORDENADOR	
PEDAGÓGICO	
<i>Estervânia Fernandes dos Santos</i>	
CAPÍTULO 4.....	52
A EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO	
NOTURNO NA ESCOLA ESTADUAL	
PROFESSOR ALOISIO ERNANDE BRANDÃO	
Josineide Melo Machado Nascimento	
CAPÍTULO 5.....	68
FRACASSO ESCOLAR	
<i>Jussiara Maria Santos Lima</i>	

CAPÍTULO 6.....	76
EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO FUNDAMENTAL E (MÉDIO: ANEXO DO COLÉGIO ESTADUAL JOSINO MENEZES) NA ESCOLA MUNICIPAL DR. JOSÉ ROLLEMBERG LEITE	
<i>Marcos Alberto de Oliveira Júnior</i>	
CAPÍTULO 7.....	95
FRACASSO ESCOLAR: A QUEM ATRIBUIR A RESPONSABILIDADE	
<i>Maria Vanisia Jacinto da Silva dos Santos</i>	
CAPÍTULO 8.....	115
POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM SERGIPE	
<i>Walter de Souza Monteiro</i>	

CAPÍTULO 1

GESTÃO EM ESCOLA PÚBLICA

Adriana Cavalcante da Silva Lessa¹
Betijane Soares de Barros²

INTRODUÇÃO

Este artigo trás a importância do trabalho de um bom gestor. A educação pública, em especial, tem um grande papel na mudança da sociedade. Os gestores, nesse contexto, devem estar atentos para garantir um serviço eficiente, bem como a população deve cobrar os seus direitos, pois seus impostos devem garantir serviços dignos.

Atualmente, com a grande demanda dos serviços escolares, cada vez mais facilitados, surge o desafio de ser diferente no quesito qualidade. Algumas instituições com a propensão de solucionar problemas advindos com o excesso

¹ Graduada em Letras no CESMAC, Especialização em Psicopedagogia pelo CEAP, mestre em Ciências da Educação pela Absoulute Christian Universrsity, Doutoranda em Ciências da Educação, Professora da Rede Pública Municipal e gestora em Escola privada.

Professora orientadora Dr^a Betijane Soares de Barros. E-mail: adrianacavalcante32@hotmail.com

² Possui Doutorado em Ciências da Educação e Doutorado em Ciências da Saúde, Mestrado em Ciências da Saúde, Especialização em Ciências Biológicas e Especialização em Neuropedagogia, Graduação em Ciências Biológicas.

Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4622045378974366>

de modernidade buscam identificar problemáticas, interpretá-las, desenvolver estratégias para solucioná-las, entendendo não só o foco, mas ampliando a perceptividade de alcance dos problemas e áreas afetadas ou que causam grande impacto. Considerar fatores que vão desde questões econômicas às condições emocionais, fugindo do tradicionalismo do ensinar e aprender, é fundamental no processo ensino-aprendizagem sob os aspectos da cidadania.

O papel do gestor torna-se cada vez mais fundamental, uma vez que ele deverá ser o incentivador, administrador, motivador e colaborador, tratando cada um em particular dentro de um coletivo, considerando experiências vividas dentro e fora do ambiente escolar, familiar, nos relacionamentos e a contribuição positiva ou negativa dessas relações.

A metodologia adotada é um estudo de caso, onde após nos embasarmos no aporte teórico, analisaremos os resultados.

O objetivo geral deste artigo é avaliar apoiados no aporte teórico, como uma escola pública, localizada em um bairro de periferia, pode efetivar a real necessidade de educação de uma comunidade, apoiada nos princípios da gestão escolar, enquanto temos tantos exemplos, que nas mesmas condições, não são cumpridoras do seu papel e os objetivos específicos foram os princípios que direcionam para uma boa gestão, além de analisar os fatores implicantos que tornaram a escola estudada uma referência na região a qual a instituição está inserida.

1. GESTÃO EM ESCOLA PÚBLICA

Fazer escola pública de qualidade não é uma tarefa fácil nos dias atuais. É necessário antes de tudo, comprometimento, além de compromisso, pois o envolvimento do gestor deve ir além de suas atribuições, devido às inúmeras demandas, bem como as carências próprias da rede.

É dever de a sociedade fiscalizar se realmente o estado está oferecendo uma educação de qualidade para os seus filhos, pois o estado tem a obrigação de manter os alunos na escola, garantindo sua formação. Os recursos que são destinados a essa instituição é justamente para que se possa manter o aluno na escola nos seguintes princípios:

De acordo com o artigo 206 (LDBEN, p. 221), o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V – valorização dos profissionais de ensino;
- VI – gestão democrática de ensino público, na forma da lei;
- VII – garantia de padrão de qualidade.

É muito importante toda essa ação para o avanço da educação, a valorização dos professores, a gestão democrática, pois é através de todas essas ações que conseguiremos ter uma melhoria na educação, e também termos profissionais mais qualificados e com mais vontade de exercer a sua profissão.

Segundo Cortella (2017, p. 47), em uma sociedade de mudanças velozes, com a aceleração dos modos de pensar, fazer e conviver, a Educação Escolar precisa estabelecer bases em três pilares:

1. Sólida base científica.
2. Formação de solidariedade social.
3. Constituição de cidadania ativa.

Sólida base científica é um patrimônio da humanidade, um produto da ação humana. Ela não é uma atividade que resulta de indivíduos, mas do conjunto humano em qualquer lugar.

De acordo Cortella (2017), durante algum tempo, até se imaginou que, caso se quisesse, fazer uma Educação mais aberta e, portanto, mais próxima das grandes massas, seria preciso deixar de lado um pouco da base científica e trabalhar mais com o imediato, com o dia a dia.

Um modelo de educação bem definida tem uma utilidade para o momento, isto é, “se é pobre vai se formar e trabalhar para ganhar a vida nesse momento”.

Formação de solidariedade social é para que se entenda que essa Ciência também terá a sua repartição dentro do espaço escolar - não só nele, mas também nele, porque a Escola não é a única forma de cultura letrada; cada

vez mais, as várias formas de mídia trazem isso no dia a dia.

De acordo o filósofo húngaro Gyorgy Lukas há distinção entre classe social em si e classe para si. Aquilo que faço, faço por quê? Será que tudo o que faço como docente sei por que estou fazendo? Ou estou cumprindo um propósito que desconheço? Na ação dentro da comunidade, por tanto dentro da ação política. (Cortella, 2014, p.50)

Esses três pilares devem aparecer no nosso cotidiano. Segundo Cortella (2017) a formação de valores de uma ética que se transmutes em política, isto é, ação na comunidade, embasada por uma formação científica que nos auxilia a entender e a intervir no mundo de maneira mais eficaz.

Esses mesmos pilares se aplicam também na formação dos professores, onde seu papel, enquanto “gestor do letramento”, deve ser formado com a visão de que sua prática pedagógica tem como foco principal, as considerações às várias interações da linguagem em um mundo de múltiplos letramentos.

Além da formação dos docentes, há outros fatores que interferem direta e indiretamente na aprendizagem dos nossos alunos, como a gestão de pessoas (comunidade escolar) e de recursos.

Os gastos com educação no Brasil só tem aumentado gradativamente, para se ter uma ideia, de 2004 a 2014, os gastos tiveram uma elevação de 130% . Porém, na prática, esses investimentos têm sido colocados em cheque, uma vez que os índices de reprovação e evasão não tem

diminuído na mesma proporção, havendo uma diminuição muito sutil nesses quesitos (IBGE, 2017).

Porém, o nível de instrução cresceu de 2007 para 2014, sendo que o grupo de pessoas com pelo menos 11 anos de estudo, na população de 25 anos ou mais de idade, passou de 33,6% para 42,5%. O nível de instrução feminino manteve-se mais elevado que o masculino. Em 2014 no contingente de 25 anos ou mais de idade, a parcela com pelo menos 11 anos de idade de estudo representava 40,3% para os homens e 44,5% para as mulheres (IBGE, 2017).

Como instituição socioeducativa, a escola vem sendo questionada sobre o seu papel ante as transformações econômicas, políticas, sociais e culturais do mundo contemporâneo. Tais transformações decorrem, sobretudo, dos avanços tecnológicos, da reestruturação do sistema de produção e desenvolvimento, da compreensão do papel do Estado, das modificações nele operadas e das mudanças no sistema financeiro, na organização do trabalho e nos hábitos de consumo. (LIBÂNEO, 2012, p. 61)

A Globalização, portanto, aponta uma gama de fatores econômico, sociais, políticos e culturais que expressam o espírito da época e a etapa de desenvolvimento do capitalismo em que o mundo se encontra atualmente.

O Brasil vem implementando, desde os anos 90 do século XX, suas políticas econômicas e educacionais de ajuste, ou seja, diretrizes e medidas pelas quais o país se moderniza, adquire as condições de inserção no mundo globalizado e, assim, se ajusta às exigências de globalização da economia. De todo modo, se faz necessário em todas essas políticas, o discurso da modernização

educativa, da diversificação, da flexibilidade, da competitividade, da produtividade, da eficiência e da qualidade dos sistemas educativos, da escola e do ensino.

Paulo Freire (1921-1997) foi o mais célebre educador brasileiro, com atuação e reconhecimento internacionais. Conhecido principalmente pelo método de alfabetização de adultos que leva seu nome, ele desenvolveu um pensamento pedagógico assumidamente político. Para Freire, o objetivo maior da educação é conscientizar o aluno a respeito do seu papel na escola, a fim de formar cidadãos conscientes de seus diretos e deveres (FREIRE, 1921-1997).

Segundo Paulo Freire (2011), a escola que tem o professor que age como quem deposita conhecimento no aluno, sendo esse apenas receptivo, meigo, peca ao não despertar no aluno senso crítico. Em outras palavras, o saber é visto como uma doação dos que se julgam seus detentores. Para Freire, trata-se de uma escola alienante, mas não menos ideologizada do que a que ele proponha para despertar a consciência do oprimido. Acreditamos que o problema, no que tange a aprendizagem e permanência de alunos nas escolas públicas brasileiras, esteja também ligado a uma gestão escolar mais engajada e envolvida com os problemas, a fim de solucionar em curto prazo, as deficiências envolvidas nos vários componentes da escola. Segundo Candau (2012, p. 13):

A problemática da educação escolar está na ordem do dia e abarca diferentes dimensões. É possível detectar um crescente mal-estar entre os profissionais

da educação. Insegurança, stress, angústia parecem cada vez mais acompanhar o dia a dia dos docentes. As pressões sociais se fazem cada vez mais fortes e as escolas, públicas e privadas, não conseguem em geral, responder adequadamente às novas demandas da sociedade. O que parece evidente é a necessidade de se reinventar a educação escolar para que esta possa adquirir maior relevância para os contextos sociopolíticos e culturais atuais e as inquietudes de crianças e jovens. [...]. Candaú (2012, p. 13):

Sendo assim torna-se necessário que os gestores tomem posse de novas habilidades criando uma escola de instrumento não só de aprendizagem, mas também, de cidadania, pois é através dessa escola que o aluno irá sentir o prazer de frequentá-la, a escola é o segundo lar dos nossos alunos, eles passam a maior parte de sua vida na escola.

Nesse sentido a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, já incorpora em suas diretrizes a gestão democrática e participativa, onde todos se fazem corresponsáveis pelo papel da aprendizagem de nossas crianças, jovens e adultos. No seu artigo 14 é relatado:

Art.14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II- participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996)

Destacam-se as importantes inovações da nova lei de diretrizes e bases da educação nacional:

- A gestão democrática do ensino público na educação básica, conforme normas a serem definidas pelo sistema de ensino, de acordo com as suas peculiaridades e os seguintes princípios (art.14):
 - I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto escola;
 - II- participação das comunidades escolares e local em conselhos escolares ou equivalentes;
- Progressão graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, assegurada às unidades escolares públicas de educação básica pelos sistemas de ensino (art.15)
- Nova composição dos níveis escolares, com novas denominações. Segundo o artigo 21, a educação escolar compõe-se de:
 - I – educação básica, formada pela educação infantil (pré – escola), ensino fundamental (antigo 1º grau) e ensino médio (antigo 2º grau);
 - II – educação superior.
- Oportunidades educacionais apropriadas, asseguradas gratuitamente pelos sistemas de ensino, para jovens e adultos que não puderam efetuar os estudos na idade regular, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames (art. 37, § 1º).
- Educação profissional desenvolvida em articulação com o

ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho (art. 40).

- Educação especial oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos portadores de necessidades especiais (art. 58)
- Possibilidade de organização da educação básica em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudo, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios (...) (art. 23).
- Possibilidade de reclassificação dos alunos (art. 23, § 1º) e de classificação independente de escolarização anterior (art. 24, II, c).

(Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996.)

É de suma importância que façamos uma reflexão sobre os avanços que tivemos após a promulgação da Constituição de 1988, logo após tivemos uma nova lei de diretrizes e base. Pois foi após a nova Constituição que adquirimos algumas mudanças na educação.

Assim, percebemos que entre os princípios de gestão da escola pública, está o papel dos conselhos escolares nos direcionamentos de caminhos que a escola possa seguir.

Antes de qualquer coisa, é preciso que tenhamos em mente que visão de escola que queremos seguir, pois o conhecimento das bases filosóficas engajadas na educação indica os rumos que queremos dar a nossa gestão.

Vive-se, nos dias atuais, instigados a resolver cada desafio que aponta no interior de nossas escolas, e o gestor é o articulador dos vários mecanismos que a escola se

instrumentista para conseguir êxito nessa realidade. Há de convir que uma boa gestão escolar deva ter uma visão sistemática, aberta e dinâmica, que valoriza a contradição, o conflito e a transformação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação.** Brasília, 1996. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br>. Acessado em 16 de abril de 2009.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico.** São Paulo: Cortez, 2011, p. 64.

CANDAU, Vera Maria. **A didática em questão.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, p. 13.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança - Um Reencontro com a Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2011, p. 218.

Libâneo, José Carlos; Oliveira, João Ferreira de; Tosch, Mirza Seabra. **Estrutura e Organização do Ensino básico: Aspectos legais e organizacionais. Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização.** 10^a ed..São Paulo: Ed. Cortez, 2012, p. 394.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
“Anísio Teixeira” – INEP – Ministério da Educação –
MEC, 2015.

**PILETTI, Claudino; PILETTI, Nelson. História da
Educação de Confúcio a Paulo Freire.** São Paulo: Editora
Contexto, 2018.

CAPÍTULO 2

APRENDIZAGEM DO ALUNO COM TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO

Israel dos Santos Ramos³

INTRODUÇÃO

A aprendizagem de alunos com Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) é adquirida através de um trabalho voltado para o desenvolvimento da sua capacidade cognitiva, através do empenho e mediações do professor, em parceria com a escola e a família. Pois, TGD são distúrbios nas interações sociais recíprocas que costumam manifestar-se nos primeiros cinco anos de vida, ou ainda, aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotipais motoras. Caracterizam-se pelos padrões de comunicação estereotipados e repetitivos, assim como pelo estreitamento nos interesses e nas atividades.

Ensinar a aluno com TGD não é tarefa impossível; é uma tarefa que requer muita criatividade e dedicação, mesmo que a pessoa com essa deficiência estude numa

³ Mestrando em Ciências da Educação pela UNASUR, Especialista em Docência do Ensino Infantil e Fundamental pela Faculdade Atlântico-SE e Graduado em Matemática pela FFPP-AL, Letras pela UFS. E-mail: esraelramos@yahoo.com

turma regular, que é um direito ele estudar junto com os demais alunos. O que tem dificultado o trabalho de professores com alunos que têm TGD (Transtornos Globais de Desenvolvimento) é a falta de preparação para lidar com alunos com essa deficiência (de todos os profissionais da escola: diretor, coordenador pedagógico, secretário, vigilante, servente e professor); como também a falta do apoio da família; a falta de recursos didáticos e pedagógicos nas escolas; e Professores desqualificados, mal humorados, sem nenhum compromisso com a educação desses alunos, isso é visto claramente nas salas de aula.

O professor tem que ter uma meta, se o aluno com TGD está na escola, ele vai aprender; buscando sempre o aperfeiçoamento através dos mecanismos que oferecem soluções para esse problema; mesmo que às vezes tenha que parar uma alternativa que julgue certo, mas que não teve êxito, porque a criatividade e a flexibilidade devem fazer parte do ensino de um bom educador.

Os alunos com Transtornos Globais do desenvolvimento que têm um acompanhamento familiar/clínico e, que são atendidos de forma correta (pedagogicamente, didaticamente e humanamente), enfim, que têm um suporte escolar eficiente, são mais fáceis de lidar e tem muito mais chance de aprender, e de se desenvolver cognitivamente.

1. O QUE SÃO TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO?

Os Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) são alterações da tranquilidade ou distúrbios nas interações sociais recíprocas que costumam manifestar-se nos primeiros cinco anos de vida, ou ainda, aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípicas motoras. Caracterizam-se pelos padrões de comunicação estereotipados e repetitivos, assim como pelo estreitamento nos interesses e nas atividades (REVISTA NOVA ESCOLA, 2011).

Os TGD englobam os diferentes transtornos do espectro autista, as psicoses infantis, a Síndrome de Asperger, a Síndrome de Kanner e a Síndrome de Rett.

Com relação à interação social, crianças com TGD apresentam dificuldades em iniciar e manter uma conversa. Algumas evitam o contato visual e demonstram aversão ao toque do outro, mantendo-se isoladas. Podem estabelecer contato por meio de comportamentos não verbais e, ao brincar, preferem ater-se a objetos no lugar de movimentarem-se junto das demais crianças. Ações repetitivas são bastante comuns (MARTOS-PÉREZ, 2005).

Os Transtornos Globais do Desenvolvimento também causam variações na atenção, na concentração e, eventualmente, na coordenação motora. Mudanças de humor sem causa aparente e acessos de agressividade são comuns em alguns casos. As crianças apresentam seus interesses de maneira diferenciada e podem fixar sua

atenção em uma só atividade, como observar determinados objetos, por exemplo (UNESCO, 1994).

Com relação à comunicação verbal, essas crianças podem repetir as falas dos outros, fenômeno conhecido como ecolalia - ou, ainda, comunicar-se por meio de gestos ou com uma entonação mecânica, fazendo uso de jargões (CNE/CEB4, 2009).

O aluno com Transtornos Globais do desenvolvimento deve ter um acompanhamento familiar/clínico e, ser atendido de forma correta (pedagogicamente, didaticamente e humanamente), enfim, ter um suporte escolar eficiente (tratados com respeito, amor e carinho); assim, é mais fácil de lidar e tem muito mais chance de aprender, e de se desenvolver cognitivamente e socialmente.

1.1 Como lidar com o TGD na escola?

O aluno com TGD é um indivíduo carente de um acompanhamento escolar adequado às suas necessidades cognitivas; pois o TGD varia de pessoa para pessoa, há casos quase invisíveis, apenas qualificados diagnosticamente, ou seja, uns têm mais dificuldades de aprender, outros não, aprendem com facilidade e até se destacam em algumas áreas, como Matemática, Artes, Esportes etc. Crianças com transtornos de desenvolvimento apresentam diferenças e merecem atenção, respeito, compreensão e entendimento, com relação às áreas de interação social, comunicação e comportamento. Na escola, mesmo com tempos diferentes de aprendizagem, esses

alunos devem ser incluídos em classes com os pares da mesma faixa etária (PESTANA, 2003).

Estabelecer rotinas em grupo e ajudar o aluno a incorporar regras de convívio social são atitudes de extrema importância para garantir o desenvolvimento na escola. Boa parte dessas crianças precisa de ajuda na aprendizagem da autorregulação (MEC /SEF/SEESP, 1998).

A escola precisa conhecer os limites do aluno com TGD, criar e executar normas de boa conduta social; e apresentar as atividades do currículo visualmente, ação que ajuda no processo de aprendizagem desses alunos. Fazer ajustes nas atividades sempre que necessário e contar com a ajuda do profissional responsável pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE). Também cabe ao professor identificar as potências dos alunos. Investir em ações positivas, estimular a autonomia e fazer o possível para conquistar a confiança da criança. Os alunos com TGD costumam procurar pessoas que sirvam como 'porto seguro' e encontrar essas pessoas na escola é fundamental para o desenvolvimento (MEC; SEESP, 2001).

A escola deve colocar ofertas de métodos para a alfabetização, para aprendizagem, porque um aluno insatisfeito agirá contrariado. O aluno não somente aprende, mas repete aquilo que lhe causa prazer. Quando o efeito de uma informação é agradável, ele repete-a; quando é o contrário, não quererá repeti-la, devido o mau gosto, a insatisfação mesmo. É aí que a escola deverá desenvolver projetos interdisciplinares e de atividades voltadas para o desenvolvimento da linguagem, interação social e comportamento, pois são áreas que precisam atenção e

muita paciência, mesmo que no momento essas crianças não demonstrem aprendizagem, mas com passar do tempo essas aprendizagens podem ser vistas; porque o aluno com TGD consegue aprender, mesmo que seja lento o processo (CARVALHO, 2004).

A escola deve estar de portas abertas e preparada para receber e atender o aluno com TGD para que ele tenha uma boa aprendizagem dos conteúdos seculares, porque a escola é um ambiente que proporciona o desenvolvimento dessa criança. Os rituais da escola funcionam como uma organização interna desse mesmo, tipo, ir ao banheiro, ao bebedouro; chegar no horário; conhecer os nomes dos coleguinhas e identificá-los; fazer refeição juntos, atividades físicas dentre outras, como garante:

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no 9.394/96 (Brasil, 1996), no Capítulo III, art. 4º, inciso III, diz que é dever do Estado garantir o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino.”

A escola é o meio mais adequado e preparado para o aluno com TGD, pela sua definição e a forma como é organizada, qualificada para o atendimento desse aluno, pena que nem toda escola está preparada para tal missão. Mas diante de qualquer impossibilidade (estrutura física, pedagógica ou cortesia de profissionais), ela deve buscar soluções, seja do Estado, ou até mesmo da União, se for o caso, junto aos órgãos competentes, para ela esteja apta a

desenvolver a capacidade cognitiva (aprendizagem) do aluno com TGD. Pois, segundo Jean Piaget (1896 –1980) “a capacidade cognitiva nasce e se desenvolve, não vem pronta.”.

2. O PROFESSOR E O SUCESSO NA APRENDIZAGEM DO ALUNO COM TGD.

O professor é um benfeitor da humanidade. É aquele que tem características marcantes, como: agradável, positivo, respeitado, estruturado, organizado, dinâmico e estabelece normas claras em sala de aula; ora pedindo orientação; é um mediador responsável e que tem domínio de classe e de conteúdo; dá suporte estratégico no desenvolvimento das atividades do aluno, ou seja, quando ele percebe que o aluno está com dificuldade para responder as suas atividades, ele cria a melhor forma possível para que o aluno consiga responder e tenha uma boa aprendizagem (ACKERMAN, 2011); visto que, o aluno com TGD é inquieto, agressivo, desatento e tem dificuldade de raciocinar, em muitos dos casos. Ele deve ser tratado com carinho e muito amor. O professor não pode pressioná-lo, exigir no seu tempo, mas deixa-lo à vontade no que diz respeito à aprendizagem; orientá-lo na medida do possível, no que precisar.

O professor deve criar estratégias pedagógicas diversificadas para atender o comportamento do indivíduo, implementá-las, monitorar e avaliar seus resultados sistematicamente, reajustar sua prática pedagógica, se for

preciso; sempre com orientação, integração do conhecimento e suporte transdisciplinar; está refletindo:

“Inflexibilidade / apego a rotinas; acolhimento à criança – como? Adaptação progressiva... (importância da antecipação dos fatos); rituais da escola como aprendizagem de organização do meio social real... Intervenções dos colegas – aprendizagens transformadoras de comportamentos. A escola tem se mostrado essencial..., demonstrando que a exposição ao meio social é condição de desenvolvimento para qualquer ser humano” (MEC/SMECE. UFC, 2010).

Existe a urgência de suporte ao professor, com o objetivo de ofertar possibilidades para favorecer o desenvolvimento de uma pessoa com TGD num ambiente adequado com menos restrições e com o máximo de recursos necessários à sua participação ativa e inclusão social, evitando a inadequação das práticas pedagógicas.

Investigadores e associações internacionais apontam, na escola, a ausência de clima pedagógico e de estratégias educacionais individualizadas, além de detectarem atitudes pessimistas, quando não opressivas ou etilistas, em muitos atores do processo ensino-aprendizagem (FONSECA, 2002: 13).

O professor do aluno com TGD não pode sentir-se ou trabalhar sozinho. Ele deve fazer parte de uma rede, que identifique, observe, descreva, registre e avalie para discutir com os profissionais da equipe técnica e diretiva,

acompanhar a evolução do caso, também através do encaminhamento para profissionais especializados. Mas, ele precisa, essencialmente, da estrutura institucional sistemática, formal e regularmente disponibilizada na escola e na rede de ensino (MORAIS, 2001).

O professor do aluno com TGD, antes de pensar numa aula tradicional, copiar o livro didático para o aluno, deve criar atividades que levem o aluno a praticar, criar e estudar; propor a melhor forma de mediação do conteúdo; que o aluno seja capaz de pesquisar, estudar para resolver os deveres de casa; formar o aluno para a vida, mas para isso é preciso fazer um diagnóstico do aluno para conhecer o seu desenvolvimento intelectual e, a partir desse pressuposto saber lidar com ele: explorando seus conhecimentos de forma respeitosa e cautelosa (LIBÂNEO, 1994).

3. O QUE É APRENDIZAGEM?

Aprendizagem é tudo aquilo que fica guardado na mente para sempre; é a qualidade de aprender aquilo que é conduzido, mediado. A capacidade de aprender está no homem, mas o desenvolvimento dessa capacidade está no mestre, que pode ser um professor, um pai, uma mãe, um tio, um amigo ou qualquer outra pessoa com essa missão (PIAGET, 1967).

Aprendizagem requer criatividade, harmonia de conteúdo, objetivos e estratégias; O educador precisa se autoavaliar sempre; vê o que está dando certo e o que dá errado; fazer, refazer, tantas vezes precisar; o educador não

é o dono do saber; nem o dono da verdade. Medo de errar não deve fazer parte do educador; o educador deve ter consciência de que, na vida, tudo o que é feito, passa por vários processos e, nesses processos, estão os erros e os acertos, mesmo que muitas das vezes não sejam visíveis. É uma virtude muito grande do educador, a humildade; o humilde aceita sempre correções, opiniões, conselhos, e mudanças; não pensa no seu próprio bem; é altruísta, mas o arrogante, se acha o dono da verdade e da razão (FREIRE, 2004).

A aprendizagem do aluno com TGD é um processo de mudança de comportamento obtido através da experiência construída por fatores emocionais, neurológicos, relacionais e ambientais. Aprender é o resultado da interação entre estruturas mentais e o meio ambiente. De acordo com a nova ênfase educacional, centrada na aprendizagem, o professor é coautor do processo de aprendizagem dos alunos, independente do grau de intelecto de cada um. Nesse enfoque centrado na aprendizagem, o conhecimento é construído e reconstruído continuamente. Não dá para o educador estacionar no tempo, porque o mundo não para; a cada dia aparece uma nova coisa, uma nova criação; graças às curiosidades daqueles que não se acomodam, querem o melhor, alcançar o alvo, determinado pelas exigências da sociedade. Enfim, a aprendizagem do aluno com TGD é um processo que requer muita sabedoria, gosto, amor, dedicação e paciência, do professor, escola e família. O apoio (cuidado) da família é de suma importância no desenvolvimento da aprendizagem desse aluno, como afirma (MARTOS-PÉREZ, 2005: S77):

Os processos de aprendizagem implicam no controle cuidadoso das condições do meio e a disposição de pautas de ensino-aprendizagem que se baseiam em mecanismos de aprendizagem e desenvolvimento preservados nas pessoas com autismo, como é o caso da aprendizagem operante. O núcleo de tratamento é sempre a aprendizagem. Em algumas condições e casos, pode ser necessário utilizar sistemas de intervenção sobre o meio interno (por exemplo, fármacos) para facilitar que aquele se produza e fazer mais positiva experiência das pessoas autistas.

O aluno com TGD aprende através de atividades educativas lúdicas, criativas e práticas que podem ser desenvolvidas usando recursos didáticos eficazes para o desenvolvimento da sua capacidade cognitiva, como: jogos educativos, cantinho de leitura, massa de modelar, pinturas, desenhos, colagem, elástico, tangaram, origami, ábaco, material dourado, dama, dominó, xadrez, dado, palito de picolé, dominó silábico, dominó numérico, quebra-cabeça, calculadora, computador, régua, transferidor, compasso, figuras geométricas, rótulos, vídeo, música, teatro, cinema, paródia etc; e, também, através da repetição de atividades. Visto que os recursos didáticos na aula são essenciais para a elevação da autoestima, a assimilação dos conteúdos, e o estímulo à atenção, pois a aprendizagem do aluno com TGD acontece de uma forma bem mais eficaz quando há estímulo à prática e o bem estar, ou seja, quando ele se sente atraído pela aula (MEC /SEF/SEESP, 1998).

CONCLUSÃO

A aprendizagem do aluno com TGD é um processo de mudança de comportamento obtido através da experiência construída por fatores emocionais, neurológicos, relacionais e ambientais. Aprender é o resultado da interação entre estruturas mentais e o meio ambiente. De acordo com a nova ênfase educacional, centrada na aprendizagem, o professor é coautor do processo de aprendizagem dos alunos, independente do grau de intelecto de cada um. Nesse enfoque centrado na aprendizagem, o conhecimento é construído e reconstruído continuamente. Não dá para o educador estacionar no tempo, porque o mundo não para; a cada dia aparece uma nova coisa, uma nova criação; graças às curiosidades daqueles que não se acomodam, que querem o melhor, alcançar o alvo, determinado pelas exigências da sociedade. Enfim, a aprendizagem do aluno com TGD é um processo que requer muita sabedoria, gosto, amor, dedicação e paciência, do professor, escola e família. O apoio (cuidado) da família é de suma importância no desenvolvimento da aprendizagem desse aluno.

A escola deve colocar ofertas de métodos para a alfabetização, para aprendizagem, porque um aluno insatisfeito agirá contrariado. O aluno não somente aprende, mas repete aquilo que lhe causa prazer. Quando o efeito de uma informação é agradável, ele repete-a; quando é o contrário, não quererá repeti-la, devido o mau gosto, a insatisfação mesmo. É aí que a escola deverá desenvolver projetos interdisciplinares e de atividades voltadas para o

desenvolvimento da linguagem, interação social e comportamento, pois são áreas que precisam de atenção e muita paciência, mesmo que no momento essas crianças não demonstrem aprendizagem, mas com passar do tempo essas aprendizagens podem ser vistas; porque o aluno com TGD consegue aprender, mesmo que seja lento o processo.

Portanto, o professor comprometido com a aprendizagem do aluno com TGD deve participar de conferências educativas, simpósios, congressos cursos, palestras e demais formações continuadas que lhe tragam benefícios enriquecedores para a qualificação do seu trabalho e desenvolvimento da capacidade cognitiva dos seus alunos; e também dizer que eles são capazes de aprender; ter bastante paciência e cautela nas interações e mediações; pois fazer um bom trabalho não é impossível e sacrificial. E, o melhor do que o sacrifício é o gozo de vê o aluno envolvido na aula, e ser um eterno aprendiz.

REFERÊNCIAIS

UNESCO. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: CORDE, 1994.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. 29.ed São Paulo: Paz e Terra, 2004.

LAROUSSE. *Dicionário Ilustrado da Língua Portuguesa*. São Paulo: Larousse do Brasil, 2004.

LIBÂNÉO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1994.

MORAIS, R. (org.). *Sala de aula: que espaço é este?* 14^a ed.
São Paulo: Papirus, 2001.

BRASIL. Coordenadoria Nacional para Integração de
Pessoas Portadoras de Deficiências. Declaração de
Salamanca e Linhas de Ação sobre Necessidades
Educacionais Especiais Brasília: MEC, 1994.

BRASIL, Ministério da Educação. Diretrizes nacionais para
a educação especial na educação básica. Secretaria de
Educação Especial – MEC; SEESP, 2001.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros
curriculares nacionais: Adaptações Curriculares / Secretaria
de Educação Fundamental. Secretaria de Educação
Especial. – Brasília: MEC /SEF/SEESP, 1998.

CARVALHO, Rosita Edler. Educação Inclusiva Com Os
Pingos nos Is. Editora: Meditação, Porto Alegre, 2004.

PESTANA, André. Gestão e educação: uma empresa
chamada escola. Petrópolis, RJ: Catedral das letras, 2003.
CNE/CEB4. Diário Oficial da União. Seção 1, p.17
Brasília, 2009.

ACKERMAN, Beth. El maestro proactivo. In: *Buena
Conducta: Una Guía Práctica Para La Disciplina Efectiva.*
Publicaciones ACSI. 2011.

MARTOS-PÉREZ, J. Intervención educativa en autismo desde una perspectiva psicológica. Rev. Neurol [online], 2005; vol. 40, (Supl 1): S177-S180.

FONSECA, V. Libertar as inteligências: exclusão escolar como processo de exclusão social. São Paulo: Salesiana, 2002.

Revista Nova Escola, edição nº 241, abril de 2011, Brasil

CAPÍTULO 3

A FUNÇÃO SOCIAL DO COORDENADOR PEDAGÓGICO⁴

Estervânia Fernandes dos Santos⁵

1. O COORDENADOR PEDAGÓGICO NO CONTEXTO ESCOLAR

Atuar na Coordenação Pedagógica se caracteriza como um desafio e divergem opiniões a respeito da atuação do coordenador pedagógico. Muitos entendem que a sua atuação está no desenvolvimento pedagógico da escola em construir propostas que venha auxiliar o educador em suas práticas pedagógicas. Considerado exigente, centralizador, autoritário e na maioria das vezes arrogante. O coordenador é o mediador de ações que focam a aprendizagem do educando, sua função vai além do pedagógico; ao inspecionar os alunos que ficam fora da sala de aula, promover ações para trabalhar com alunos indisciplinados.

⁴ Trabalho apresentado a Central de Ensino e Aprendizado de Alagoas CEAP, em parceria com a Universidade Autónoma Del Sur UNASUR, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em educação. Orientado por Fabíola Brito.

⁵ Pedagoga. (UNITINS 2010), Mestranda em educação (CEAP/UNASUR 2014), especialização em educação (UCAM 2011), (UNINTER 2011), (CLARETIANO 2013).

Ser Supervisor não é fiscal de professor, não é dedo duro [...] não pombo correio [...] não coringa/tarefeiro/quebra galho/salvas vidas [...] não é tapa buraco, não burocrata[...] não é de gabinete, não é díctario [...] não é generalista que entende quase nada de quase tudo.
(VASCONCELOS, 2006, p.86)

No entanto, espera-se que o coordenador pedagógico seja um agente inovador, um articulador das ações que envolvam a educação na sua totalidade no âmbito escolar. Quando este desconhece suas atribuições dentro da escola, desarticula todo o andamento que envolve a comunidade e os planejamentos.

Diante deste questionamento, faremos um estudo a cerca da atribuição e atuação deste profissional, pois queremos saber: Qual é seu verdadeiro papel diante a escola e como, quando e com quem desenvolverá seu trabalho. A sociedade moderna categoricamente faz exigência de uma escola mais organizada e preparada com o objetivo de preparar indivíduos críticos que sejam capazes de atuar e transformar a realidade onde estão impostos.

2. O PAPEL DO COORDENADOR PEDAGÓGICO

O fazer do coordenador pedagógico se constitui no conjunto de esforços e ações para desenvolver e promover a melhoria do processo de ensino-aprendizagem, propiciando e viabilizando, assim, a vivência democrática para que o educando participe de forma efetiva do exercício da cidadania. Neste contexto, o mesmo precisa desenvolver

projetos que venham suprir as necessidades e anseios para a transformação da realidade social. Para isso, é necessário que este profissional tenha consciência de sua ação social e compromisso e, assim, desempenhar seu papel de mediador e articulador do trabalho coletivo.

O coordenador pedagógico deve criar um ambiente de harmonia, de liberdade, para que os demais educadores participem, opinem, sintam-se responsáveis no processo como um todo e o conhecimento produzido seja um produto de todos. (...) Coordenar é, primeiramente, contribuir para instituir e para que funcionem os locais de discussão, para que as coisas sejam ditas e debatidas abertamente, com respeito mútuo. "(PERRENOUD, 2000:105).

É compreensível a resistência em relação à mudança por parte dos profissionais, neste momento cabe ao coordenador estar preparado para enfrentar as dificuldades e como agente articulador buscar práticas eficientes, para tanto, é necessário que o coordenador tenha um suporte, ou seja, um espaço formador onde o mesmo possa trocar experiências, crescer e trabalhar as dificuldades inerentes a sua prática para que possa exercer sua função de forma absoluta. Conforme Orsolon (2001, p.21) esse profissional da educação deve trabalhar numa perspectiva de:

- *Compreender e solucionar os problemas presentes na prática educativa;
- *Trabalhar em equipe auxiliando os professores nas suas dificuldades;

*Refletir sobre sua prática pedagógica;

*Ajudar na formação dos professores.

Desencadear um processo de mudança no interior de uma escola não é nada fácil, requer empenho e dedicação principalmente para o coordenador. A priori ele necessita ter o prévio conhecimento das diferenças que são encontradas no grupo, respeitando a individualidade de cada um, tentando amenizar os entraves que impossibilitam o caminhar do processo educativo. Nesse sentido, Medina (2002, p. 35) defende que “existe espaço para a ação supervisora e este espaço pode ser ocupado por aqueles supervisores que desejarem problematizar, responder e duvidar refletir/reagir e agir a respeito de seu próprio trabalho, cujo objeto é a produção do professor e do aluno no ato de ensinar e aprender”, ou seja, para que consigamos trabalhar na complexidade da sociedade e da educação atual não podemos ser somente mais um supervisor educacional. Neste sentido,

A Coordenação Pedagógica, desempenhada pelo pedagogo escolar, responde pela viabilização do trabalho pedagógico-didático e por sua integração e articulação com os professores, em função da qualidade do ensino (considerando o ideal e o possível), ajudando-os a conceber, construir e administrar situações de aprendizagens adequadas às necessidades educacionais dos alunos (LIBÂNEO: 2006 p. 373).

É de suma importância priorizar a aprendizagem e a educação, e vê-las como causas principais que contribuem para o desenvolvimento intelectual e social do educando,

compreendendo que ambas são as principais soluções para resgatar a integridade do sujeito como profissional e verdadeiro cidadão. Nesse contexto o supervisor escolar, entra como mediador para facilitar o processo de aprendizagem do educando e a relação professor/aluno.

“A relação pedagógica interativa entre professor e aluno proporciona um clima de confiança e segurança entre os sujeitos da educação, facilitando a aprendizagem. É fundamental promover no processo de ensino-aprendizagem uma inter-relação dialógica de respeito, amizade, valorização, estímulo e participação”. (CASTRO e MATTOS 2000, p.24),

Para promover atualmente uma educação de qualidade faz-se necessário uma parceria efetiva entre direção, coordenação e professor. Contudo, é essencial o envolvimento de toda a escola para debater as práticas que envolvem política pedagógica. Nesse embate, é visto a importância do trabalho do supervisor escolar como articulador desse processo, na busca incessante e incansável de ofertar uma educação de qualidade aos educandos. Nesse sentido,

Alterar a realidade é um grande desafio, e uma transformação mais substancial pode depender da acumulação de uma série de pequenas transformações na mesma direção. Tenta-se uma mudança durante uma semana; se não funcionou, já não se faz mais... É preciso persistir, ter a impaciente paciência histórica (VASCONCELLOS, 2006, p. 102).

Para tanto, é necessário que os objetivos a serem alcançados sejam bem definidos, e que haja a colaboração de todos que fazem parte da escola. Os agentes envolvidos precisam ter uma visão ampla dos processos das ações pedagógicas, das reais necessidades e interesses do educando, das condições básicas de trabalho do professor para um possível melhor resultado do processo de ensino-aprendizagem.

Transformar significa ultrapassar o estabelecido, desmontar os antigos referenciais, adotar novas bases conceituais, construir outras modalidades de ação, ligando objetividade e subjetividade. (PIMENTEL, apud ORSOLON, 2001, p. 17)

Contudo, levar os educadores à conscientização da necessidade de uma nova postura é, sobretudo, transformar a realidade e também acreditar na escola como espaço adequado de mudança. Mudar é, portanto, um trabalho conjunto dos profissionais da escola e requer diálogo, troca de diferentes experiências e respeito à diversidade de pontos de vista. Nesse sentido,

O que se deseja é um educador que saiba o resultado almejado, Antecipe seus resultados na mente, saiba que os resultados almejados e as ações necessárias aos mesmos são-lhe significativos e fazem parte de sua maneira de ver educação, o homem e a sociedade e saiba, ainda, avaliar

suas ações, em relação aos resultados esperados. (PLACCO, 1998:25)

Tais posições afirmam que na medida em que o coordenador/supervisor pedagógico atua com o professor, de forma democrática, não impondo apenas seu ponto de vista, mas debatendo junto, as relações teoria-prática tendem a fluir de forma que a ação pedagógica dentro do âmbito escolar assuma uma postura transformadora, auxiliando o outro a desenvolver sua consciência da prática, contribuindo para uma atuação dinâmica e, sobretudo, eficiente.

No entanto, há necessidade que o coordenador pedagógico possua algumas qualidades, como competência e eficácia no trabalho, que seja dedicado. Estas qualidades o colocam na condição de líder, posição que este profissional deverá dispor para melhor desempenhar a sua função. “(...) A partir dessa análise, é possível determinar um caminho para superar as dificuldades mais carentes de atenção”. (LUCK, 1998:16).

O coordenador pedagógico como já foi dito, tem atribuições mal compreendidas e com delimitações indefinidas na estrutura institucional. Porém a nova realidade educacional necessita da redefinição das atribuições desse articulador. Contudo, o mesmo está sendo visto como um dos autores transformadores da escola.

O papel do coordenador pedagógico na contemporaneidade:

Não se esgota, portanto, no saber fazer bem e no saber o que ensinar, mas no

pedagógico que se tornará mais verdadeira em seus compromissos humanizadores, quando expressar e servir de pólo-fonte de subsídios para novas políticas e novas formas de gestão na intensidade espaço-temporal de transformações que a ‘era da globalização’ ocasionou. (FERREIRA, 2008, p. 238),

O supervisor educacional tem suas atribuições expandidas, e suas ações contribuem para o bom desempenho da escola em sua totalidade, isto é, como agente transformador, mediador e articulador do processo educacional estar inserido em todas as situações frente: a gestão democrática, a construção do projeto político pedagógico, ao planejamento participativo, a avaliação, plantão pedagógico reuniões de pais mestres e a formação continuada dos professores da escola, entre outros.

Diante do que foi apresentado, dá-se ênfase a um breve comentário sobre a atuação do coordenador em cada segmento:

“O diretor de unidade de ensino no sistema público sempre foi um cargo de confiança do poder público central ou local. Acompanhando a história, observamos que ele sempre foi um dos mecanismos do jogo do poder e da barganha política. A figura do diretor escolar era uma das peças importantes no controle dos docentes e da rede escolar. Encontramos vozes isoladas que pressionam pela autonomia administrativa da escola e propõem como uma das medidas a autonomia da função de direção”. (MIGUEL ARROYO ,1983)

A gestão democrática insere na escola a descentralização de poder do gestor e a consciência que a escola não é neutra, garante o acesso igual às informações a todos que compõe a comunidade escolar e a aceitação da diversidade de opiniões e interesses.

Nesse aspecto, o coordenador pedagógico assume o papel de facilitador e mediador do processo onde o mesmo irá trabalhar a vivência dessa diversidade, os laços existentes de empatia, cooperação, sinceridade e ética do grupo gerando responsabilidade e comprometimento com a proposta pedagógica desejada pela escola.

Para Anísio Teixeira, segundo Lôbo (1999), democracia é liberdade de pensar, para produzir a unidade de ação consentida e partilhada. A democracia só vai se realizar pela educação quando essa for compreendida como o processo de aprender a pensar, tornando-se capaz de partilhar a vida em comum e de dar a si e a essa vida comum a sua contribuição necessária e única. Para a autora a democracia não é só uma forma de governo, é acima de tudo um modo de vida. Nada deve ser imposto do alto, mas tudo deve ser resultado do pensamento partilhado de todos os envolvidos. Necessário se faz recuperar a escola como espaço democrático pelo debate, pela discussão, pela competência técnica, pelo currículo, pelos métodos de ensino e de disciplina, nas relações entre alunos, professores e diretores.

Pode- se dizer que a prática da gestão democratizada na escola apresenta os seguintes aspectos: confiança, coerência, exercício de poder e boas condições de trabalho.

A construção do projeto político pedagógico, precisa ser colocada em um documento, que se constitui no registro a sua identidade. Nesse sentido, o papel do coordenador pedagógico se faz importante mais uma vez, pois é através de suas ações no sentido de organizar, acompanhar, monitorar as ações pedagógicas e políticas que foram escolhidas para que saiam do papel e sejam efetivadas com eficiência.

Ter muita clareza da proposta metodológica de elaboração do projeto, dominar bem as técnicas, os passos de construção e realização. Para ter firmeza na condução do processo. Os participantes, para que não tenham uma prática alienada, devem entender o sentido, a lógica do projeto e ter uma idéia geral da metodologia a ser trilhada. (VASCONCELLOS, 2006 p. 44)

No entanto, para que o projeto político pedagógico se concretize é necessária a participação efetiva do coordenador e do diretor para inserir nesse contexto a família do aluno, buscar mecanismos para a conscientização da comunidade escolar sobre a importância dessa construção para a consolidação da escola democrática.

A instituição escolar que procura desenvolver seu trabalho sobre a ótica de uma gestão democrática dimensiona a ideia de um planejamento participativo no processo de ensino e aprendizagem, inserindo todos que participa da ação educativa. O envolvimento do coordenador pedagógico nesse contexto é de grande importância para a realização das ações propostas, pois será

o articulador e mediador do processo, do confronto e da valorização das ideias apresentadas. É de grande significância destacar a interface do coordenador pedagógico no planejamento da escola para organizar e criar momentos de estudos e reflexões das práticas educativas.

O planejamento não é nem exclusivamente um ato técnico, nem unicamente um ato filosófico e científico: não se pode planejar sem um conhecimento da realidade; técnico: exige uma definição de meios eficientes para se obter resultados eficazes. (LUCKESI, 2002, p. 108),

O coordenador escolar em relação à avaliação de aprendizagem tem o dever de mediar e orientar o processo juntamente com os professores e toda a equipe pedagógica levando-os a fazer reflexão sobre três questionamentos fundamentais: para que avaliar, o que avaliar e como avaliar.

Nesse contexto o coordenador precisa, dentro das suas atribuições, refletir junto aos membros da comunidade escolar sobre a importância do ato de avaliar na escola, avaliação como ação cotidiana, tendo como direcionamento o projeto político pedagógico da escola.

A formação contínua é um dos meios entre outros a mais indicada para a efetivação de uma política global para a valorização e reconhecimento do profissional de educação, nas condições de trabalho, salário e carreira.

A educação continuada é um dos fatores primordiais para a atualização do conhecimento do professor para

atender as necessidades de conhecimento das novas gerações que estão chegando as escolas.

“O termo formação continuada vem acompanhado de outro, a formação inicial. A formação inicial refere-se ao ensino de conhecimentos teóricos e práticos destinados à formação profissional, completados por estágios. A formação continuada é o prolongamento da formação inicial, visando o aperfeiçoamento profissional teórico e prático no próprio contexto de trabalho e o desenvolvimento de uma cultura geral mais ampla, para além do exercício profissional.” (LIBÂNEO, 2004, p.227),

Conforme a afirmação vale lembrar que nenhuma formação acadêmica garante a qualidade de ensino desse professor. Essa acontece no dia a dia enquanto o profissional de educação exerce sua prática pedagógica.

O aprimoramento de conhecimento dos professores é de suma importância para a efetivação das ações coletivas para a melhoria do ensino aprendizagem. Sendo assim, o papel do coordenador é direcionar estudos para o aperfeiçoamento dos professores no próprio local de trabalho, objetivando o fortalecimento do grupo e consequentemente, tornando-o mais aberto e flexível às mudanças.

CONCLUSÃO

Diante do tudo que foi abordado neste artigo sobre a função social do coordenador pedagógico na escola,

percebemos que a sua atuação no contexto escolar é de relevante importância. Pois, o mesmo tem como objetivo primar com todos os entraves existentes na educação por uma educação de qualidade, busca estimular os professores desestimulados com a desvalorização da profissão, salários baixos e com a falta de incentivo das políticas públicas.

Concluímos que o papel do coordenador na escola é imprescindível para o desenvolvimento da educação. Pois seu trabalho no contexto escolar é de grande importância, na melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem dos educandos, nas ações efetivas da formação continuada de professores e no enriquecimento do currículo escolar.

É importante ressaltar que esta pesquisa não esgota o assunto, no entanto, a discussão sobre as atribuições e o papel do coordenador no âmbito escolar vai muito além do que foi explorado. Este profissional necessita debater pontos para formar parceria com o administrativo, pois a união de ambos contribui para que então sua ação, vá muito além de um trabalho puramente técnico-pedagógico. Contudo, o presente trabalho pode servir de base e estímulo para que então outras pessoas possam explorar o tema de forma mais abrangente.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. Administração da educação é um problema político. RBAE. Porto Alegre, 1(9): 122-8 jan./jun. 1983.

CASTRO, Elza Vidal; MATTOS, Maria do Carmo.

Reflexões sobre a prática pedagógica. Belo Horizonte-MG: SEF, 2000.

**FERREIRA, Naura Syria Carapeto Supervisão
educacional: novas exigências, novos desafios.** São Paulo:
Cortez, 2008.

**LIBÂNEO, José Carlos. OLIVEIRA, João Ferreira de;
TOSCHI, Mirza SEABRA. Educação Escolar: políticas,
estrutura e organização.** Cortez, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola
– Teoria e Prática. Goiânia: Alternativa, 2004.

LÔBO, Yolanda L. Administração escolar: lições
Anisianas. Rio de Janeiro, 1999. (mimeo).

**LÜCK, Heloisa. A dimensão participativa da gestão
escolar.** Gestão em Rede. P. 13, agosto. 1998.

LUCKSI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar. 14.
Ed São Paulo: Cortez, 2002.

MEDINA, A. S. Supervisão escolar: da ação exercida à
ação repensada. 2. Ed. Porto Alegre: AGE, 2002.

**ORSOLON, Luiza Angelina Marino. O coordenador
formador como um agente de transformação da/na**

escola. In. O coordenador pedagógico e o espaço da mudança. São Paulo: Loyola, 2001.

PERRENOUD, Philippe. **10 novas competências para ensinar.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul 2000.

PLACCO, Vera Maria N. de Souza. **Formação e Prática do educador e do orientador.** Papirus Dom Quixote, 2^a edição. 1998.

SANTOS, Eliane Valério E& **MARQUES**, Mirna Suely de Novaes Barros. **O coordenador pedagógico e sua práxis escolar.** Curso de Pedagogia. 44 P. UFAL, 2002.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico: Projeto Político Pedagógico ao cotidiano da sala de aula.** 6. Ed. São Paulo: Libertad, 2006.

CAPÍTULO 4

A EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO NOTURNO NA ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR ALOISIO ERNANDE BRANDÃO

Josineide Melo Machado Nascimento⁶

INTRODUÇÃO

A evasão escolar é uma temática discutida há longas décadas em vários âmbitos da educação brasileira. No entanto, ela persiste e, em especial, no Ensino Médio Noturno. Na Escola Estadual Prof. Aloísio Ernande Brandão, localizada na zona urbana de Santana do Ipanema, no estado de Alagoas, tem-se apresentado como uma situação a qual tem incomodado diversos segmentos como: gestão, docentes e discentes da escola. No início do ano letivo se observa classes lotadas, atingindo sua capacidade máxima, no entanto, antes do término do 1º semestre já é visível a evasão, principalmente em turmas de 1º e 2º ano,

⁶ Graduada em Pedagogia e Ciências Contábeis, ambas pela Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL; Especialização “lato sensu” em Psicopedagogia Institucional pela Universidade Castelo Branco; Especialização “lato sensu” em Planejamento Tributário pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE; Mestra em Ciências da Educação: Formação Educacional, Subjetividade e Interdisciplinaridade pela Universidade INTERAMERICANA. E-mail: josineide@contabilizesantana.com.br

devendo-se isso talvez a questão dos alunos serem pessoas inseridas no mercado de trabalho e que já chegam na escola cansados dos afazeres do dia, ao tempo que deparam-se com aulas de alguns docentes com metodologias não motivadoras, contribuindo assim para a não existência de anseio para permanecerem na instituição; outra situação que hipoteticamente contribui de forma significativa para a temática abordada é a gestão escolar, uma vez que depende da mesma na maioria das vezes, a administração escolar, a qual influencia de maneira direta na permanência dos docentes e discentes motivados para o processo de ensino e aprendizagem.

Nessa perspectiva, objetiva-se de maneira geral identificar as causas da evasão no Ensino Médio do turno noturno da instituição em evidência, delineando o perfil dos alunos do noturno, buscando compreender o cotidiano dos mesmos em relação ao ensino, analisando as metodologias aplicadas pelos docentes, como também buscando identificar o empenho da equipe gestora no condizente ao direcionamento das ações desenvolvidas na instituição.

Diante do exposto, para percorrer o caminho de estudo utilizou-se a pesquisa qualitativa de levantamento, utilizando-se questionários e entrevistas com discentes, docentes e gestão escolar; pesquisa documental com vista na análise dos números de matrículas e abandonos fornecidos pela secretaria da escola; e ainda utilizou-se a pesquisa bibliográfica que embasou a temática da evasão escolar a qual é objeto de estudo no presente artigo.

Para orientar esse estudo, partiu-se da seguinte pergunta: Quais as causas que influenciam o alto índice de

evasão atualmente existente nas turmas do Ensino Médio noturno da Escola Estadual Professor Aloísio Ernande Brandão?

Nesse sentido, o estudo iniciou-se apresentando uma visão geral acerca da evasão escolar, em seguida passou-se a direcioná-la a escola em estudo, sequenciada da apresentação de resultados das pesquisas realizadas, seguida de conclusão.

1. EVASÃO ESCOLAR E DESFAVORECIMENTO ECONÔMICO

A Evasão escolar nada mais é que o abandono a escola e esse fato tem sido uma problemática que tem incomodado diretamente devido a vivência diária com essa situação, enquanto docente e atualmente coordenadora pedagógica da escola Estadual Prof. Aloísio Ernande Brandão, a qual encontra-se situada na cidade de Santana do Ipanema, estado de Alagoas, a evasão escolar é algo que tem causado preocupação, produzindo em todos que fazem a escola uma sensação de fracasso, dessa forma, decidiu-se pesquisar sobre as causas que levam os alunos do curso noturno da Escola Estadual Professor Aloísio Ernande Brandão, principalmente os de 1º e 2º ano a se evadirem com tanta frequência.

Sabe-se, portanto, que a população econômica menos favorecida é a mais atingida pela evasão escolar, os estudantes da instituição em estudo são alunos com uma faixa etária de 15 a 50 anos, que na sua maioria são pertencentes à zona rural do município de Santana do Ipanema e cidades circunvizinhas, os mesmos são pessoas

sofridas que ingressam no Curso Normal Médio em busca de uma definição profissional por terem fixado em suas mentes, por indução de familiares como pais, tias, etc., que a formação docente facilita a entrada no mercado de trabalho.

No cotidiano escolar, é comum no início do ano letivo visitar as salas de aula, principalmente dos 1º e 2º anos, e ao perguntarmos: “quem de vocês quer ser professor(a)?” em uma sala de 40 alunos por exemplo, em média apenas 15% dos mesmos respondem que sim, os demais dizem não quererem e que estão ali apenas por orientação de alguém por ser mais fácil de arranjar emprego. Essa posição dos alunos modifica um pouco quando eles estão no 3º e 4º ano, no entanto, ainda mesmo nestas séries finais do curso, ainda tem uma boa parcela que afirma não querer ser professor e sim almejam outras profissões, no entanto, eles ressalvam que se ao terminarem o curso encontrarem emprego de professor assumirão o posto. Então diante desse quadro, fica claro a importância e necessidade do emprego na vida dos mesmos.

São indivíduos pertencentes a uma classe menos favorecida, onde na sua maioria já chegam na escola cansados do trabalho diário, pois os que moram na zona urbana, a maioria trabalha no comércio da cidade ou em residências como domésticas, babás, etc., os da zona rural alguns trabalham na roça, outros têm filhos e são obrigados a desenvolverem as tarefas do lar e apenas uma mínima parte dos alunos noturnos é que ainda não trabalham. Diante deste panorama e das observações diárias realizadas, percebe-se que são pessoas humildes e também sofridas o

que contribui diretamente para que se a escola não proporcionar situações que realmente envolvam o aluno, se a escola não estiver vigilante a vida desses alunos, não estiver preocupada com o dia a dia deles, esses discentes acabam envolvendo-se com as situações precárias do cotidiano e terminam abandonando a escola, pois os fatores negativos em suas vidas pesam mais do que a pouca motivação que a escola oferece.

A motivação é uma variável complexa que faz parte do indivíduo. Quando se fala em evasão escolar, jamais pode deixar de lado esta variável, pois para que o estudante mantenha-se na escola é necessário que haja motivação para tal, no entanto, falar-se em motivação é algo complexo que pode se idealiza-la por vários ângulos. Assim:

Os conceitos de motivação, usualmente, enfatizam uma ou combinações de três tipos de variáveis: 1) determinantes ambientais; 2) forças internas (necessidade, desejo, emoção, impulso, instinto, vontade, propósito, interesse, etc.) e 3) incentivo, alvo ou objeto que atrai ou repele o organismo. (WITTER, 1984, p.38).

Dentro da escola e especificamente na sala de aula para que estudantes e professores mantenham-se é necessário que ambos estejam motivados para tal. Então se faz necessário que tenha em primeiro lugar um ambiente agradável e adequado ao desenvolvimento das atividades, não é necessário ser uma escola de primeiro mundo, mas é necessário que seja uma escola limpa, com uma estrutura física também favorável aos olhos do indivíduo. É

necessário também que exista por parte de docentes e discentes a necessidade e o desejo de estar no local. E quais são as necessidades que um discente tem de está na escola? Necessidades claras de estudar, aprender, interagir e socializar-se com as demais pessoas de sua faixa etária e de diferentes culturas, além de se profissionalizar, como é o caso dos alunos da escola em estudo.

Nesse contexto, sente-se a necessidade de também pontuar: qual a motivação do docente para está prestando serviço a escola? A necessidade do trabalho, a necessidade de sentir que pode transmitir algo que adquiriu para outras pessoas. E por último, há a necessidade do incentivo, e na questão do incentivo o docente já o tem que é a transmissão do conhecimento e a fonte de renda, já no que se refere aos discentes, estes necessitam que constantemente a escola, através de seus gestores e professores, incentive-os para que esses sintam-se atraídos pela escola e jamais tenham a vontade de abandoná-la e se por acaso este pensamento vir a chegar a escola já o tenha incentivado o bastante para que essa força do abandono seja mais fraca do que o incentivo.

Entende-se assim, que o abandono à escola é composto então pela junção de várias situações que interagem e se conflitam no interior dessa enorme problemática. Situações estas de ordem política, econômica, cultural e de caráter social. Nessa performance, o abandono escolar não pode ser compreendido ou analisado de forma isolada. Isto porque as questões socioeconômicas, culturais, educacionais, históricas e sociais, entre outras, influenciam na decisão tomada pela pessoa em abandonar a escola.

Krawczyk (2009, p.9) afirma que:

A evasão que se mantém nos últimos anos, após uma política de aumento significativo da matrícula no ensino médio, nos revela uma crise de legitimidade da escola que resulta não apenas da crise econômica ou do declínio da utilidade social dos diplomas, mas também da falta de outras motivações para os alunos continuarem seus estudos.

Entende-se, portanto, que para o jovem permanecer na escola, como também para sua aprendizagem acontecer de maneira satisfatória depende diretamente da chamada motivação, ou seja, está evidente a existência da relação motivação-aprendizagem como também o bom desempenho do professor, para que o aluno aprenda e mantenha-se motivado a está na escola, participando das atividades e aprendendo cada dia mais. Tornando-se assim evidente a necessidade da existência de novas práticas que atendam as expectativas e necessidades dos educandos.

2. FATORES FAVORECEDORES A EVASÃO ESCOLAR

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 205 aponta a responsabilidade da família e do Estado no dever de orientar o indivíduo em seu percurso sócio educacional o que por sua vez é ratificado através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei nº 9.394/96 onde no Art.2º diz que: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do

educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

No entanto, apesar de toda a legislação favorecedora à educação do indivíduo e a permanência do mesmo na escola, existe ainda aspectos que são favoráveis a evasão escolar alguns como: desestruturação familiar, desemprego, a escola e o próprio indivíduo e também as políticas de governo, pois atualmente no estado de Alagoas enfrentamos uma situação delicada, onde, por exemplo, na escola foco da pesquisa, em um número de 27 (vinte e sete) professores do ensino médio, apenas um terço pertencem ao quadro de professores efetivos, ou seja, que são concursados, os demais todos são contratados, os quais têm contrato por dois anos, que na maioria das vezes esses contratos terminam antes do ano letivo está concluído, levando assim a desmotivação dos mesmos, o que acaba transmitido para os discentes esse sentimento, além de haver uma descontinuidade nos trabalhos.

Nessa perspectiva tem-se o favorecimento de maneira direta, a não vontade do aluno ir ou permanecer na escola, anexando esse fator a condição do estudante que estuda no turno noturno, justamente porque trabalha fora, ou porque tem filhos e dificulta o processo, pois os mesmos ao chegar o horário de ir para escola, só irão se realmente a escola tiver algo que o atraia, ou seja, é necessário a existência de algo que seja mais forte do que o cansaço, algo que lhe invada a alma e lhe desperte o interesse. Daí a razão, da evasão escolar continuar sendo nos dias hodiernos uma questão nacional a qual ocupa importante papel nas discussões no cenário educacional brasileiro, pois não é

algo individual, mais sim um conjunto de situações que conduzem o indivíduo ao abandono escolar.

Sabe-se que atualmente todos os indivíduos estão tendo mais acesso a escola, uma vez que a própria legislação garante isso, no entanto, é sempre bom lembrar que só o acesso facilitado, não garante ao estudante a continuidade nos estudos, uma vez que também é necessário observar a origem social do educando, sua cultura e também sua visão de escola/estudo, pois é fundamental que o estudante torne-se consciente de que para que ele tenha uma ascensão social é necessário que ele vá a escola, que adquira novos conhecimentos, tenha bons relacionamentos e assim torne-se um cidadão crítico e participativo apto a ocupar um lugar digno na sociedade e no mercado de trabalho, mudando consequentemente a sua qualidade de vida social e econômica futura. O indivíduo desde cedo precisa conviver em um espaço escolar que o faça compreender que não é porque ele nasceu em um ambiente menos favorecido que ele precisa viver eternamente nesse mesmo ambiente, ele precisa acreditar que ele é capaz e que é através do estudo que ele pode mudar sua condição social de vida. Daí a importância da escola exercer sua função social, produzindo nesses indivíduos a condição de verdadeiros cidadãos, como também fazer com que eles acreditem neles mesmos e abandonem a cultura do “não sei”, “não posso”, “não vou conseguir”, ou seja, fazer com que eles abandonem a cultura da negatividade.

Nesse sentido, Krawczyz, coloca que:

Cursar o ensino médio é algo tão natural, quanto comer, tomar banho, etc. E, muitas vezes (seja por parte dos pais ou pelo ingresso na universidade). A questão está naquele grupo social para qual o ensino médio não faz parte nem de seu capital cultural nem de sua experiência familiar, e por isso, o jovem desse grupo, geralmente não é cobrado para continuar estudando. É aí que está o desafio de criar a motivação pela escola. (2009, p.9)

O autor coloca uma realidade existente e difícil de enfrentar, uma vez que a responsabilidade que é posta para a escola é enorme, uma vez que o indivíduo vive em um grupo social onde em nada lhe favorece sua ascensão, ficando a incumbência somente para escola de mostrar a ele a importância da mesma em sua vida, no entanto, acredita-se que a escola é capaz, não em sua totalidade, mas em um percentual significativo, tentando fazer com que o estudante perceba a importância que a aprendizagem tem em sua vida, pois a escola precisa através do seu currículo preparar o indivíduo para vida em sociedade, para o mercado de trabalho e para os desafios do dia a dia.

3. A PESQUISA

Tendo em vista a natureza do problema a ser pesquisado, adotou-se a pesquisa qualitativa, de levantamento de dados utilizando-se questionários e entrevistas com discentes, docentes e gestão, da Escola Estadual Prof. Aloísio Ernande Brandão, como também utilizou a pesquisa documental, uma vez que existiu a

necessidade de levantamento de dados na secretaria da escola com fins de análise de dados referente a matrículas e abandonos anual.

A Escola pesquisada, no turno noturno neste ano letivo de 2014 tem 07 (sete) turmas que vão do 1º ao 4º ano do Ensino Médio na modalidade Normal. Dessa forma os participantes da pesquisa foram 70 (setenta) alunos, 10 (dez) de cada turma, e todos os docentes do turno noturno, além da diretora geral, coordenador pedagógico e secretária escolar.

Nos últimos 05 (cinco) anos apresentou os seguintes dados:

ANO	ALUNOS MATRICULADOS	ABANDONO
2009	407	114
2010	436	96
2011	477	95
2012	407	74
2013	318	95
TOTAL	2045	474

Fonte: Secretaria Escolar da Escola Est. Prof. Aloísio Ernande Brandão

Diante do exposto observa-se nos últimos 05 (cinco) anos que a escola apresenta no total uma média de 23% de abandono, o que é significativo, como também vem diminuindo seu número de alunos matriculados, neste ano letivo de 2014 o número de matrículas no noturno foi apenas de 263 alunos.

Em questionário aplicado aos alunos, observou-se que 60% deles encontram-se em uma faixa etária de 15 a 20

anos; 20% são casados e tem filhos; 40% deles estão cursando o Normal, mas não pretendem ser professor, estão estudando apenas porque os pais sugeriram ou porque alguém indicou, ou por falta de opção mesmo; 50% dizem ter dificuldade de aprendizagem em algumas disciplinas; 60% estudam a noite porque trabalham ou são donas de casa e tem filhos para cuidar; 44% acham regular a metodologia aplicada pelos professores.

Diante das informações coletadas observa-se que os alunos são na sua maioria indivíduos pertencentes a uma classe menos favorecidas e que são carentes de carinho e afeto apesar de serem jovens, como também necessitam de informações básicas para o dia a dia, no entanto, na sua maioria não acreditam no seu potencial devido a pertencerem a famílias sem nenhum grau de instrução e também desfavorecidas economicamente, no entanto, alguns sentem que se concluírem aquele ensino médio serão eles os únicos na família que tiveram o privilégio de concluir um grau de ensino e isso faz com que alguns sejam mais esforçados. Contudo, diante de alguns quadros apresentados eles sentem-se desmotivados, pois 65% dos alunos pertencem a zona rural e necessitam sair de casa cedo da noite e só retornam tarde, alegam eles que em algumas vezes sentem-se sem vontade de ir a escola por chegarem lá e terem apenas duas ou nenhuma aula, por falta dos professores. Existe também a dura realidade onde 10% dos alunos estão ali na escola sem nenhum objetivo e que pouco importa o que aconteça no dia a dia, no entanto, os demais estão estudando porque almejam alguma coisa, daí a

necessidade dos docentes acreditarem neles e conduzirem o seu trabalho com seriedade e profissionalismo.

Em entrevista com docentes, 90% deles acham os alunos do curso noturno estão desmotivados e muito cansados, sem vontade de estudar; 95% acham que eles não têm uma boa base no Ensino Fundamental por isso sentem dificuldade de aprendizagem, principalmente no condizente a leitura, escrita e cálculos; no condizente a metodologia aplicada, 40% dos docentes utilizam recursos tecnológicos em suas aulas, como data show e vídeo, os demais limitam-se a aulas expositivas com a utilização de livros didáticos, alegando que a escola não tem recursos tecnológicos suficientes para atender a todos os professores; 50% dizem dinamizar as suas aulas com debates, seminários e atividades grupais.

Em referência a gestão, realizou-se a entrevista onde foi colocado que na visão da diretora e do coordenador pedagógico os alunos do noturno realmente são alunos que trabalham diariamente, no entanto, são alunos produtivos e criativos, que apenas necessitam que os professores tenham um maior compromisso e acreditem no potencial dos mesmos. Em relação aos recursos didáticos os mesmos reconhecem que a instituição necessita de um maior número de aparelhos, no entanto, necessita também que os professores tenham uma melhor dinâmica, para assim envolver e motivar os alunos, pois os mesmos são na sua maioria carentes de afeto e também de informações.

CONCLUSÃO

O objetivo geral deste estudo consistiu em identificar as causas que influenciam o alto índice de evasão atualmente existente nas turmas do Ensino Médio noturno da Escola Estadual Professor Aloísio Ernande Brandão, o que foi feito com base em questionários e entrevistas, como também pesquisa documental com discentes, docentes, gestão e secretaria.

Ao analisar os dados identificou-se que o que falta entre discentes e docentes é principalmente a questão da motivação e nos discentes também a questão da autoestima. São indivíduos pertencentes ao uma classe menos favorecida que ainda tem no seu bojo a cultura da negatividade, necessitando assim de algo que os faça acreditar em seus potenciais.

Observou-se também que a escola é para sua maioria um ambiente agradável, docentes citam diferenças positivas existentes entre a instituição foco do estudo e outras instituições, citam o diferencial dos alunos que são pessoas mais passivas e também mais centradas que os alunos do ensino médio geral.

Nesse sentido, o motivo da evasão existente atualmente é a negatividade dos alunos e a baixa estima o que desencadeia na desmotivação/desinteresse pelo estudo. Em relação aos docentes a questão trabalhista influencia diretamente, pois os mesmos estão ali desenvolvendo um trabalho, no entanto, sabem que não terá uma continuidade por parte dos mesmos, uma vez que os seus contratos de trabalho são por prazo determinado, o que gera na maioria

das vezes, um “descompromisso” conduzindo assim a faltas e aulas com metodologias desmotivantes, sendo mais prático para os professores, colocar a que os alunos trazem prejuízo do Ensino Fundamental no tocante a leitura, escrita e cálculos, como também que há muito desinteresse/desmotivação nos mesmos.

Diante do exposto acredita-se que a instituição precisará investir na questão motivação e compromisso por meio de palestras e ações diretas com discentes por meio de projetos didáticos e outros. E com os docentes por meio de encontros pedagógicos onde se discuta mais a questão do compromisso, do profissionalismo e também da motivação. No condizente a gestão escolar, observa-se que a mesma também necessita ser mais presente e atuante buscando está mais junto dos docentes e também dos discentes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 10 out.2014.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.394** de 20 de dezembro de 1996. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 10 out.2014.

KRAWCZYK Nora. O ensino Médio no Brasil. São Paulo: Ação Educativa, 2009.

WITTER, Geraldina Porto e LOMÔNACO, José Fernando Bitencourt. **Psicologia da aprendizagem**. São Paulo: EPU, 1984. 2.ed. Temas Básicos de psicologia, v.9. Coord. Clara Regina Rappaport.

CAPÍTULO 5

FRACASSO ESCOLAR

Jussiara Maria Santos Lima⁷

INTRODUÇÃO

O fracasso é sem dúvida, um dos mais graves problemas com o qual a realidade educacional brasileira vem convivendo há muitos anos. Tal ocorrência pode ser evidenciada em todos os níveis de ensino, mesmo possuindo maior índice de frequência nos primeiros anos de escolarização.

Dentre os inúmeros fatores correlacionados com o fracasso escolar, aparecem tanto os extraescolares, como os intraescolares. Os primeiros dizem respeito às más condições de vida e de subsistência de grande parte da população brasileira no que tange à escolaridade, tais como as péssimas condições econômicas, responsáveis, dentre outros fatores pela fome e desnutrição, a falta de moradias adequadas e de saneamento básico, enfim, todo o conjunto de privações com o qual convivem as classes sociais menos privilegiadas.

Já os fatores intraescolares se relacionam ao currículo, aos programas, o trabalho desenvolvido pelo professor e pelos especialistas, as avaliações de

⁷ jussi_arasantos@hotmail.com

desempenho dos alunos, e outros. Tudo isso contribui para o fracasso escolar das crianças de origem social e econômica desfavorecidas, ainda que grande parte desse fracasso se deva sem dúvida à pobreza material da qual essas crianças são vítimas.

Nesse sentido, essas condições escolares contribuem para reproduzir a desigualdade social, por meio de um duplo mecanismo. Segundo Mello (1983, p.14) “o primeiro é a dos mais pobres e o segundo a legitimação dessa exclusão na medida em que o aparecer apenas técnico do modo de operar da escola dissimula seu sentido político”.

Observa-se dessa maneira que as expressões “igualdade de oportunidades educacionais” e “educação como direito de todos”, tornaram-se discursos vazios da verdade. Enquanto se fala da democracia do ensino, muitas crianças fracassam escolarmente por falta de igualdade reproduzida pelos supostos fatores acima citados.

1. O QUE É O FRACASSO ESCOLAR?

O fracasso escolar pode ser compreendido como a consequência para um aluno da não apropriação do aprendizado. Os conceitos, habilidades, valores, conhecimento e a questão da cidadania não foram internalizados no aluno, culminando muitas vezes, em baixas notas, reprovação e, por fim, no abandono da escola pelo mesmo.

Ao falar de fracasso escolar, é importante observar quando as dificuldades de aprendizagem vêm encobrir a fragilidade da escola, centrando no aluno todo insucesso de

sua não aprendizagem. A falta de conhecimento didático do corpo docente está na raiz do fracasso escolar.

As principais causas do fracasso escolar são oriundas, em sua maior parte, dos sistemas de ensino que não conseguem atender às diversidades de necessidades presentes nas escolas, deixando de identificar onde se localizam as inadaptações à aprendizagem, e levar o aluno a descobrir sua própria modalidade de aprendizagem, considerando como ponto crucial seu modo particular de se relacionar com o conhecimento, ou seja, a aprendizagem escolar.

O fracasso escolar também pode ocorrer dependendo do contexto familiar, cultural, social e político que o indivíduo possa estar inserido.

2. QUEM SÃO OS CULPADOS?

• A CULPA É DA FAMÍLIA?

A influência familiar no processo de aprendizagem é importante. Nota-se que nas famílias tradicionais há um maior índice de normalidade no processo de ensino-aprendizagem das crianças, pois quando o lar traz condições favoráveis como hora de estudo e locais para estudo, a criança cresce em um ambiente favorável ao seu desenvolvimento.

O dicionário Aurélio (FERREIRA, 2004), afirma que a família são pessoas aparentadas, que vivem, em geral, na mesma casa particularmente: o pai, a mãe e os filhos. Para Dessen e Polônia (2007), a família hoje é responsável

pela transmissão de valores que se perpetua de uma geração para outra.

No contexto familiar a criança recebe reforços positivos e negativos dependendo de sua vivência, e essa vivência pode decorrer da situação financeira familiar que também influencia no desenvolvimento da criança, pois os conhecimentos que elas trazem consigo serão diferenciados, e conduzem com as particularidades vivenciadas pelas mesmas.

Nas relações humanas entre pais e filhos há predisposições ou tendências fisiológicas e hereditárias, as quais influem em nossa personalidade; porém, a educação familiar que recebemos modifica ou reforça o nosso temperamento.

De acordo com SCOZ (1994, p. 71 e 173),

“[...] a influência familiar é decisiva na aprendizagem dos alunos. Os filhos de pais extremamente ausentes vivenciam sentimentos de desvalorização e carência afetiva, gerando desconfiança, insegurança, improdutividade e desinteresse, sérios obstáculos à aprendizagem escolar [...]”.

O papel dos pais influencia na maioria dos problemas de comportamento dos alunos, tais como: ausência de atenção, brutalidade, e instabilidade que são provocados pela conduta desses pais, pois as crianças refletem aquilo que veem em casa. A atitude dos pais é refletida no comportamento de seus filhos na escola.

- A CULPA É DOS PROFESSORES?

A longa convivência com alunos e professoras de duas salas de aula com a equipe técnica, a realização de entrevistas formais e informais com as famílias bem como a realização de estudos de caso de quatro alunos multirrepetentes deram à autora recursos para superar as explicações tradicionais para o fracasso escolar. Estas se pautam, em grande medida, em preconceitos e estereótipos sociais e em uma visão medicalizada e psicologizante que situa no aluno e em sua família as razões de seu insucesso escolar e social. Seu estudo revelou a existência de práticas e processos escolares – no interior da escola e no interior do sistema escolar – capazes, por si só, de responder por grande parte das dificuldades de escolarização observadas. Dentre elas, destacamos: formação de classes homogêneas, fomentando a estigmatização de grupos de alunos considerados fracos e induzindo o estabelecimento de profecias auto realizadoras; prática de remanejamento – nem sempre antecedida pela necessária preparação do aluno –, fazendo com que algumas crianças tenham vários professores em um só ano; desrespeito no trato com as crianças, subjacente ao hábito comum de repreensões e humilhações públicas, minando sua autoimagem, ainda em processo de formação; submissão dos alunos, em grupos de reforço escolar, a exercícios tediosos e atividades desprovidas de significado.

CONCLUSÃO

O fracasso escolar aparece hoje, entre os problemas de nosso sistema educacional como um dos assuntos mais estudados e discutidos. Porém, ao invés de buscar meios para se livrar de tais fracassos e buscar soluções imediatas para elevar o nível de conhecimento e de autoestima dessas crianças ditas fracassadas, o que ocorre muitas vezes é a busca pelos responsáveis por tal fracasso.

A partir daí, percebe-se um jogo onde ora se culpa a criança, ora a família, ora uma determinada classe social, ora todo um sistema econômico, político e social. Dessa maneira nos questionamos: será que existe mesmo um responsável pela não aprendizagem? Sabe-se que aprendizagem acontece num contexto, devendo haver motivação, estímulos, incentivos e, dessa maneira, nunca uma única pessoa pode ser responsabilizada.

Quando os pais colocam seus filhos na escola, têm como objetivo a aprendizagem dos conhecimentos adquiridos, de tal forma que os mesmos tenham sucesso no decorrer da vida escolar, para que sejam bem sucedidos e, no final, obtenham um diploma para iniciar uma carreira que lhe dê sucesso financeiro e profissional.

Na maioria das vezes esses alunos seguem seu estudo e conseguem o tão almejado sucesso, mas em muitos casos, algumas dessas crianças passam anos cursando a mesma série e são taxadas de incompetentes, desajustadas, deficientes, etc. São rótulos que na maioria das vezes soam como ameaças silenciosas aos ouvidos infantis, que ficam

impregnados por anos e anos fazendo com que estas crianças acabem por desistir completamente da escola.

Em outros casos, o aluno consegue progredir na série, mas quando termina o ensino fundamental não sabe nada do que foi estudado e, na maioria das vezes, continua “vazio”. Em outras situações quando a família é questionada, esta também dá indícios de que as crianças se tornaram um fardo muito pesado e que não é fácil educá-las, e desta forma, transferem várias de suas funções para a escola.

A família, obrigatoriamente é responsável pela aprendizagem da criança, já que os pais são os primeiros que trabalham com o ato de ensinar e as “atitudes destes frente às emergências de autoria do aprendente, se repetidas constantemente, irão determinar a modalidade de aprendizagem dos filhos”, conforme Fernandes (2001, p.15).

Dessa forma nosso intuito é compreender quem realmente oferece essa possibilidade de fracasso para essas crianças. Inicialmente muitos fatores podem ser percebidos de maneira que faremos um estudo individual de cada um deles.

REFERÊNCIAS

ÁRIES. Philipe. **História Social da Criança e da Família.** 2. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A, 1981.

BOSSA, Nádia A. **Fracasso escolar: um olhar psicopedagógico.** São Paulo, ARTMED Editora Gráfica, 2002.

DESEN, Maria Auxiliadora; **POLONIA**, Ana da Costa. **A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano.** Paidéia (Ribeirão Preto) [online]. Abr. 2007, vol. 17, n. 36. P. 21 - 32.

DOURET, Ruth Caribé da Rocha, **Distúrbios da Aprendizagem: influência do ambiente familiar.** São Paulo, Ática.

FALCÃO, Gerson Marinho. **Psicologia da Aprendizagem: conceituação de aprendizagem.** 10 ed. São Paulo, Ática, 2003.

FERNÁNDEZ, Alicia. **A inteligência Aprisionada: abordagem psicopedagógica clínica das crianças e sua família.** Porto Alegre: Artmed, 1991.

FERREIRA, Aurélio B. de Hollanda. Minuarélio: **O minidicionário da língua portuguesa.** 6, Ed. Curitiba: Positivo, 2004.

CAPÍTULO 6

EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO FUNDAMENTAL E (MÉDIO: ANEXO DO COLÉGIO ESTADUAL JOSINO MENEZES) NA ESCOLA MUNICIPAL DR. JOSÉ ROLLEMBERG LEITE

Marcos Alberto de Oliveira Júnior⁸

INTRODUÇÃO

A discussão sobre a evasão escolar é uma questão que vem sendo abordada por várias instâncias educacionais e governamentais, tanto no âmbito Federal quanto Estadual e Municipal. A evasão escolar está inserida num contexto maior, portanto não é apenas uma preocupação de um pedagogo ou grupo de docentes.

Este fato é fácil de ser constatado se apenas fizermos uma pequena pesquisa no site do, INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), órgão responsável pela realização do censo educacional, EDUCACENSO, dados constantemente divulgados sobre o elevado índice de evasão escolar no Brasil, como também nas escolas municipais do ensino fundamental noturno.

⁸ socram.oliveira75@hotmail.com

Neste sentido uma pesquisa feita através dos dados da escola disponibilizados pelo EDUCACENSO 2013 procurou estudar essa questão no ensino fundamental noturno na Escola Municipal, situado em Japoatã\Se, com professores do ano letivo de 2013 e alunos evadidos deste mesmo ano letivo, e alguns do ano letivo de 2011 e 2012.

Devido à preocupação em melhorar os dados alarmantes de evasão escolar neste turno partiu-se do seguinte problema de pesquisa: Que ações pedagógicas poderiam ser desenvolvidas pela escola que contribuam para a diminuição das taxas de evasão escolar no período noturno na Escola Municipal Drº José Rollemburg Leite?

O método de pesquisa foi o qualitativo e quantitativo por abranger o maior número de informações possíveis, pois os alunos e professores tiveram oportunidade de expor suas ideias e experiências de vida. Foram realizadas entrevistas com os professores que atuam no Ensino Fundamental noturno, no local de trabalho em horários contrários às suas horas de atividades. Alguns alunos evadidos da escola nos anos letivos em questão participaram da entrevista, onde a seleção dos mesmos foi feita através dos dados dos alunos evadidos por ano letivo, coletados na própria escola.

Alguns objetivos foram estabelecidos e ações realizadas para responder ao problema de pesquisa: diagnosticar as dificuldades encontradas pelos estudantes trabalhadores em sua formação educacional e os motivos que contribuíram para a desistência destes alunos; mapear as situações que favorecem a saída do aluno, para poder trabalhar com elas no âmbito da escola. A partir dos dados

coletados foram identificados os perfis de alunos e professores para detectar as redes de interdependências aluno-escola.

O papel da escola é preparar e formar jovens para o sucesso democrático forçando o acesso a educação de qualidade para todos e possibilitando a participação na sociedade. Para que a escola cumpra sua função de facilitar o acesso ao conhecimento e promover o desenvolvimento de seus alunos, é preciso que todos estejam de acordo sobre a maneira como se desenvolve o processo de ensino-aprendizagem. Para tanto, deve-se identificar o papel ativo do sujeito na apropriação e na construção de seu próprio saber, posicionando-se contra formas de ensino ditas tradicionais, mecânicas, nas quais cabe aos estudantes apenas receber do professor o conhecimento em uma versão considerada pronta desconsiderando, portanto os conhecimentos prévios trazidos pelos alunos.

As políticas públicas neste país caracterizam-se pelo alto grau de exclusão social que coexiste com o aumento da matrícula em todos os níveis. Embora proclamado a equidade e a universalização na educação básica, as políticas neoliberais produzem a exclusão social com os elevados índices de evasão e repetência escolar.

1. EVASÃO ESCOLAR EM FOCO

A evasão escolar denuncia um quadro da escola pública que mostra a impotência de uma política educacional não atuante ainda neste país, apesar das lutas travadas pelos sindicatos em favor de uma escola pública

respeitada e dinâmica. A evasão é um agravante da educação pública, já que só vem aumentando ao longo dos anos, despertando nos educadores a necessidade, urgente, de diagnosticar e propor soluções para a problemática. Tomando consciência da limitação deste projeto, que não é conclusivo, apenas expositivo, por serem problemas que só poderão ser resolvidos com uma mudança radical nas políticas públicas, bem estruturadas na prática, voltadas para a melhoria na qualidade da educação do país. O que se pretende, com o presente trabalho, é que sirva como referencial que possa representar um ponto de partida para a possível resolução dessa problemática que vem se agravando numa velocidade estrondosa.

Assim a intervenção, com sucesso, para evitar a ocorrência da evasão escolar ou infrequênciia do aluno, deve se realizar quando se consta que a sua ausência pode comprometer o ano letivo, ou seja, a intervenção tem que ser preventiva, para que não venha a prejudicar ainda mais o aluno. O professor é quem inicia o processo, ele fica incumbido de acionar a rede de combate à evasão, mas os atos posteriores devem ser concatenados, sendo dever de todos tomarem ciência das medidas tomadas ou medidas a serem tomadas, para o sucesso da intervenção.

1.1. Os motivos para o abandono da escola

Dentre os motivos alegados pelos pais e/ou responsáveis, para a evasão dos alunos, são mais frequentes no Ensino noturno os seguintes: Escola distante de casa o que ocasiona desmotivação no deslocamento até a mesma,

falta de interesse devido ao cansaço causado pelo trabalho durante o dia e ainda as dificuldades dos alunos em algumas disciplinas. Ajudar os pais em casa ou no trabalho, necessidade de trabalhar são motivos mais frequentes alegados pelos próprios alunos no Ensino Fundamental. Cabe lembrar que, segundo a legislação brasileira, o ensino fundamental é obrigatório para as crianças e adolescentes de 4 a 17 anos, sendo responsabilidade das famílias e do Estado garantir a eles uma educação integral.

Como citado anteriormente há muitos motivos que levam o aluno a deixar de estudar - a necessidade de entrar no mercado de trabalho, a falta de interesse pela escola, dificuldades de aprendizado que podem acontecer no percurso escolar, doenças crônicas, deficiências no transporte escolar, falta de incentivo dos pais, mudanças de endereço e outros. Para serem minimizados, alguns desses problemas dependem de ações do poder público. Outros, contudo, podem ser solucionados com iniciativas tomadas ao longo do ano pelos gestores escolares, suas equipes e corpo docente, que têm a responsabilidade de assegurar as condições de ensino e aprendizagem - o que, obviamente, se perde quando o aluno não vai à aula.

Sabemos que as causas da evasão escolar são variadas. Condições socioeconômicas, culturais, geográficas ou mesmo questões referentes aos encaminhamentos didáticos – pedagógicos e a baixa qualidade do ensino das escolas podem ser apontadas como causas possíveis para a evasão escolar em nossa região.

2.2 Como combater o abandono e a evasão escolar

O problema do abandono dos estudos e da evasão preocupa os educadores e responsáveis pelas políticas públicas. De acordo com o Ministério da Educação (MEC), a evasão atinge 6,9% no Ensino Fundamental e 10% no Ensino Médio (3,2 milhões de crianças e jovens, segundo dados de 2005). São mais 2,9 milhões (dados de 2007) que abandonam as aulas num ano e retornam no seguinte, agravando outro índice preocupante: o da distorção idade e série.

Os procedimentos para o acompanhamento da frequência precisam estar contemplados no projeto político pedagógico da escola e na pauta de discussão com o corpo docente nas reuniões de planejamento e com pais de alunos. A primeira medida eficiente para que esse controle seja feito diariamente é a tradicional chamada em sala de aula, através de anotações no diário de classe, que os professores devem ser incentivados pelos gestores a fazer em todas as aulas. "Chamar os alunos pelo nome também é uma das formas de construir vínculos e dar identidade ao grupo". Para que isso aconteça, é preciso ter, desde o primeiro dia, planilhas completas com os nomes de todos os estudantes, preparadas com a ajuda da secretaria da escola - e essas precisam ser analisadas regularmente pela equipe gestora. Dessa forma, tem-se uma boa ferramenta para observar a rotatividade na escola, que está presente desde o começo do ano, e traçar estratégias para lidar com ela. A mobilização, através de avisos em murais, contendo informações de

alunos que fizeram matrículas e que ainda não compareceram ou que compareceram algumas vezes e depois desapareceram da escola pode ser uma ferramenta favorável ao controle de evasão escolar pelo fato de despertar no colega o interesse de informar ao aluno evadido sobre a preocupação da escola devido a sua ausência.

Além disso, como diz Maria Maura Gomes Barbosa, coordenadora pedagógica do Centro de Educação e Documentação para Ação Comunitária (Cedac) e consultora de NOVA ESCOLA GESTÃO ESCOLAR, "o acompanhamento da frequência é necessário para que a escola possa atender com qualidade e equidade, planejar e organizar a formação e a atribuição das classes e organize as salas e para que o gestor tenha elementos para analisar adequadamente o movimento na instituição e o andamento do processo de ensino e aprendizagem dos alunos".

Também pode ser levado em consideração o impacto que o abandono e a evasão certamente provocam no orçamento de uma rede, já que a distribuição dos investimentos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) é feita de acordo com o número de alunos que efetivamente estão matriculados e frequentam a escola. As ações de combate à evasão devem ser aplicadas o ano inteiro, como medidas de prevenção.

O controle da ausência dos alunos gera benefícios muito além dos recursos financeiros às redes de Ensino. Isso porque, quando cada diretor age em sua escola e, depois, compartilha dados de evasão e abandono com os

demais diretores, é possível tomar providências em conjunto.

Outro método que vem sendo utilizada pela rede estadual e municipal de educação, como meio de combate a evasão escolar é a **FICAI** (Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente), uma ferramenta que possibilita a identificação dos alunos infrequentes e posteriormente evadidos da unidade de ensino. FICAI implementada a partir do trabalho do CAOP (Centro de Apoio Operacional dos Direitos à Educação), da Educação e Promotoria dos Direitos à Educação do Ministério Público do Estado de Sergipe, com base em experiência já existente no estado do Rio Grande do Sul, a FICAI é um instrumento que tem por objetivo a adoção de um sistema uniforme de controle de evasão escolar em todo o estado. O papel é de crucial importância e é atribuído aos professores das crianças e adolescentes. Cabe ao mestre identificar quais e quantos alunos não está indo regularmente à escola. Identificada a ausência injustificada pelo período de 05 (cinco) dias, o professor preenche o documento denominado Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente. Com a ficha preenchida, o professor aciona a Direção da escola, que tem por função realizar contato com o aluno faltoso e viabilizar o seu retorno às salas de aula.

Esgotados os recursos cabíveis no âmbito escolar para reinserção do aluno, a Direção encaminha as vias do FICAI aos Conselhos Tutelares. Estes, por sua vez, diligenciam para o efetivo retorno do aluno à escola, adotando as medidas que entender cabíveis.

Não obtendo êxito, o Conselho Tutelar encaminha a via do FICAI ao Ministério Público, especificamente à Promotoria dos Direitos à Educação, que adotará as medidas adequadas, apurando, inclusive, a consumação do delito de abandono intelectual.

Os órgãos envolvidos, neste ato representado pelas autoridades signatárias, comprometem-se a adotar procedimento uniforme de controle do abandono e evasão escolar no estado de Sergipe, através da Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente – FICAI. Segundo o INEP, só há evasão se o aluno não se matricular no ano seguinte.

2. IDENTIDADE DOS ALUNOS EVADIDOS DO ENSINO MÉDIO

A identidade dos alunos, suas decisões, ideias e práticas precisam ser compreendidas considerando que todo ser humano não vive sozinho, depende de outros, espelha-se em colegas, familiares, desafia e questiona as ações dos adultos, e identifica-se com o grupo de amigos mais próximos. Elias (1994, p. 249, grifos nossos) em seu livro “Processo civilizador – Uma história dos costumes” discute a relação entre sujeito e sociedade. Para ele:

A imagem do homem como “personalidade fechada” é substituída aqui pela “personalidade aberta”, que possui um maior ou menor grau (mas, nunca absoluto ou total) de autonomia em face de outras pessoas e que, na realidade, durante toda vida é fundamentalmente orientada para outras pessoas e depende delas. A rede de

interdependência entre os seres é o que os liga. Elas formam o nexo do que é aqui chamado configuração, ou seja, uma estrutura de pessoas mutuamente orientadas e dependentes. Uma vez que as pessoas são mais ou menos dependentes entre si, inicialmente por ação da natureza e mais tarde através da aprendizagem social, da educação, socialização e necessidades socialmente geradas, reciprocidades, elas existem, poderíamos nos arriscar a dizer, apenas como pluralidades, apenas como configurações. (ELIAS. 1994, p246).

Segundo a pesquisa realizada com os alunos evadidos chegou-se a identidade destes jovens. Pode-se apurar que eles estão na faixa etária de 16 a 28 anos, ficando o percentual maior entre 18 e 23, porém uma parcela bem menor entre 16 e 17 anos. Sobre estes últimos a situação é preocupante, pois, por motivos diversos tiveram que se ausentar precocemente da escola. Da amostra de vinte alunos pesquisados, doze são trabalhadores, sendo oito homens três casados e cinco solteiros e quatro mulheres, duas casadas e duas solteiras. Apesar de um número menor de mulheres trabalhadoras, foi constatado que algumas quando desistiram dos estudos estavam trabalhando e apontaram como motivo da desistência o casamento. O conhecimento sobre a formação familiar e o que pensam sobre os estudos foi de suma importância para poder entender melhor as situações que levaram os alunos a tomarem a decisão de evadirem das salas de aulas. O casamento, a gravidez e cuidar dos filhos contribuem também para a evasão em 16% dos casos, porém o casamento traz com ele inúmeros motivos para

acontecer a desistência, haja vista, que não é tarefa nada fácil, principalmente para uma adolescente cuidar da casa, dos filhos, do trabalho e conciliar estas tarefas com o estudo. Isto é percebido na fala de uma aluna entrevistada: “*Casei e tive filho. Tinha que cuidar do filho e não tinha com quem deixar*”. (as alunas não têm com quem ou onde deixá-los para frequentarem a escola, acabam desistindo, mesmo contra as suas vontades). Cabe-se fazer uma observação, pois, não existem creches que funcionem no período noturno. Outra questão é a gravidez principalmente na adolescência.

Há outras causas que aparecem em menor escala na pesquisa, como: a questão da escola não entrar em contato quando o aluno desiste; falta de vagas; mudança de turno; não abonar faltas; não propiciar a recuperação; reprovação; não entendimento da matéria; relacionamento professor/aluno; e aluno/escola. Também foi citada a questão da disciplina: “*não consigo ficar na sala muito tempo, sinto muita ansiedade, a conversa dos alunos me atrapalha, me desconcentra, os alunos rabiscaram meu caderno*”. Para superar estas questões é preciso que o professor ministre uma boa aula e use de outras estratégias para que o aluno aprenda.

Uma das investigações mais importantes foi com relação à questão do trabalho, pois se queria saber se as expectativas levantadas em relação a ele seriam comprovadas, pois, como visto muitos dos jovens precisam trabalhar para sustentar a família ou para sustento próprio. Nesta idade todo jovem busca um sentido de vida e um deles é o trabalho. Mesmo os poucos que não são

desprovidos materialmente querem ter algum tipo de emprego e muitos não conseguem conciliar trabalho e estudos por vários motivos como: pelo horário, por chegarem atrasados na escola, faltas, tempo para os estudos, trabalhos escolares e cansaço pelo trabalho pesado. Estas questões resultam, muitas vezes, em fracasso escolar, o que faz com que desistam dos estudos.

Atualmente nesta Escola já foi tomada uma medida quanto ao horário, que é permissão da entrada do aluno trabalhador quando chega mais tarde. A escola orienta também que se faça a chamada no final da aula, para que o aluno que chega atrasado todo dia, por motivo do trabalho, não extrapole o número de faltas permitido segundo a Lei 9.394/96. A dificuldade maior é quando o aluno chega somente para o segundo horário o que acarreta muitas vezes a reprovação por faltas e o aluno acaba desistindo. Neste caso o aluno assume o compromisso de colocar as atividades em dia em troca da presença e o intervalo para o lanche é feito após a segunda aula.

2.1. Evasão escolar sob a visão dos professores

Sobre a evasão escolar, os professores apontam como maior motivo da desistência dos seus alunos o trabalho (com 40%) ou alguma situação decorrente dele. Outros motivos enumerados pelos professores estão relacionados com a questão pessoal do aluno (com 29%): desmotivação falta de interesse e de perspectiva de vida, baixa estima conformismo e preguiça. Apareceram ainda respostas relacionadas à questão pedagógica (19%):

desvalorização dos estudos falta de responsabilidade, falta de preparo para os estudos, faltas, avaliações perdidas e notas baixas. Em proporção ainda menor apareceram fatores ligados à família, como a falta de apoio desta, somado à situação financeira enfrentada por ela, o que ajuda a fazer com que saiam em busca de um emprego que garanta a sobrevivência, abandonando assim, os estudos. A gravidez também aparece como uma das causas que contribui para que as meninas se evadam da escola e também as drogas.

Sobre a questão de comunicar aos professores as desistências percebe-se que um total de 69% de alunos não o “faz” apenas 31% procuraram conversar com os professores antes de abandonar a escola. Quando perguntado se usam alguns recursos didáticos que incentivem a aprendizagem, nota-se que 42% dos professores fazem uso de algum tipo de recurso diferenciado como: uso de tecnologias, TV, computador, filmes, músicas, seminário, debates, jogos, trabalhos orientados e aulas prática. Os outros 37% retomam os conteúdos trabalhados, realizam as avaliações e dão maior prazo para a entrega destes trabalhos. Mostra-se também o incentivo ao ENEM para os alunos da 3^a série do Ensino Médio. Apenas 16% apontam que usam as mesmas metodologias para todos os alunos porque consideram que seus alunos são trabalhadores.

Em relação às ações dos professores diante os altos índices de evasão da Escola, percebe-se que 14% deles se importam com o bem estar dos alunos e sugerem coisas como deixar mais agradável o espaço físico da escola como

também propiciar duchas e lanche antes do início da aula para que eles sintam-se bem e aprendam melhor. Outro grupo de 14% aponta a presença dos pais na escola para conhecer o que a escola oferece, tolera ou proíbe, para poder acompanhar a vida escolar de seu filho. Outros 29% dos professores ressaltam a motivação, a orientação e o acompanhamento da aprendizagem dando oportunidade para que o aluno não desista de estudar. Também com igual índice, 29% dos professores destacam a metodologia diferenciada para enriquecer as aulas tornando-as mais agradáveis, motivando-os e mantendo-os acordados, propiciando ainda, eventos, palestras, cursos fator importante para aprendizagem e cultura do aluno. E outro grupo menor de 14% aponta soluções administrativas como: carga horária menor, propiciar cursos técnicos e buscar parceria para projetos junto aos empregadores da região.

3. AÇÕES PROPOSTAS

As ações propostas tiveram a finalidade de combater as principais causas de evasão escolar na Escola Municipal Drº José Rollemburg Leite, detectadas a partir da pesquisa realizada na escola em 2011/2012. Tal pesquisa proporcionou aos professores e alunos discussões sobre a evasão escolar no ensino médio noturno com o intuito de assegurar permanência do aluno até o final dos estudos, concluindo-os com sucesso. Com base nos dados empíricos coletados foram implementadas as seguintes ações:

- Estudo de metodologias diferenciadas - para incentivar os professores a tornarem as aulas mais dinâmicas, em que o conteúdo seja significativo, para que desperte no aluno o interesse.

- Valorização dos estudos - com a intenção de propiciar aos professores e alunos oportunidade de estudar e realizar reflexões acerca das questões pedagógicas que envolvem o processo educacional e a melhoria do ensino e da aprendizagem.

- Democratização do ensino – com o intuito de democratizar as relações entre profissionais da escola, alunos e comunidade, ou seja, melhorar a convivência entre professor /aluno, aluno/aluno, aluno/escola e de toda comunidade escolar, fazendo com que todos participem com intensidade da vida escolar.

- Discussões sobre gênero: o trabalho com gênero, sexualidade, família e preconceitos tem a intenção de desmitificar o papel da mulher na sociedade.

- Promoção de ações que diminuam e assegurem a permanência do aluno até o final do ano letivo para que tenha oportunidade de concluir seus estudos.

Ressalta-se neste trabalho a importância da atuação dos professores que são o elo entre aluno e escola, pois são eles que estão em contato direto com os alunos. Portanto, o Estado e a escola devem continuar investindo na formação contínua deles para garantir também a formação dos alunos. Para tanto, sua atuação, seu modo de ser e pensar faz a diferença para um aluno, para a turma e para a escola onde trabalha, fazendo com que o aluno permaneça na escola ou colaborando para sua desistência. Foram propostas ações pedagógicas no âmbito da escola com o intuito de diminuir

o índice de evasão, porém há casos que fogem do controle da escola como o trabalho, a família, a saúde. Quanto a estes fatores a escola está sempre aberta a ouvir e fazer orientações condizentes a cada caso.

Com esses dados fica visível que a grande desmotivação em frequentar a escola sustenta-se na frágil estrutura física em que a escola se encontra, pois o educando tem a necessidade de um espaço de cultura e lazer, onde possa extravasar suas energias, seus problemas e principalmente para que tenha acesso à cultura. Diante deste quadro fica patente a necessidade do comprometimento de todos aqueles que estão ligados à educação, para encurtar a distância entre o que diz a LDB 9.394/96 e a realidade, sendo uma das frentes de ação, o combate à evasão escolar, a fim de garantir a formação do cidadão e sua inserção na sociedade, do modo a contribuir para a sua transformação.

Além do trabalho realizado com professores e alunos o acompanhamento da frequência deu-se com a ajuda dos mesmos, pois, logo constadas as faltas pela ficha de frequência preenchida pelo aluno representante de turma ou comunicado pelos professores, foram feitos contatos com os alunos ou familiares por telefone ou recados para falar sobre os motivos das desistências. Portanto, obteve-se sucesso em alguns casos de desistências em que alunos retornaram e continuam frequentando, porém, alguns voltaram, mas, acabaram desistindo novamente e outros permaneceram devido ao trabalho dedicado a estes alunos em via de evasão.

Sabe-se que o grande problema da evasão não será sanado em pouco tempo, este é um trabalho continuo, quando se consegue resgatar um aluno já pode ser considerada uma grande vitória, pois é mais um que terá a sua formação completada e assim poderá ter outros horizontes e trilhar outros caminhos.

CONCLUSÃO

A pesquisa foi realizada na Escola Municipal Drº José Rollemburg Leite e (Médio: Anexo do Colégio Estadual Josino Menezes), localizada na zona rural do município de Japoatã/SE. Trata-se de uma escola de médio porte, onde funciona o ensino fundamental no povoado Ladeirinhas “A”. Nos últimos três anos, a escola vem passando por um grave problema no que se refere à evasão escolar e a repetência, mais especificamente nas turmas do turno noturno. Com o intuito de analisar os fatores da evasão dos discentes da unidade de ensino, tivemos a iniciativa de procurar estratégias que auxiliassem na solução dessa problemática. Foram feitas reuniões com os professores e pais de alunos a fim de que discutíssemos escola e sociedade, as reais causas do abandono dos alunos evadidos, além de termos realizado algumas visitas aos domicílios daqueles que, por algum motivo, deixaram de comparecer às reuniões. O que se buscava com essas reuniões era conscientizar as famílias dos alunos que a escola é o caminho certo para seus filhos trilharem, a fim de garantir-lhes um futuro melhor com pleno

desenvolvimento, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o mercado de trabalho.

De acordo com a pesquisa realizada, pudemos analisar algumas questões, tais como:

- ❖ Qual o motivo levou os alunos a deixarem de frequentar a escola?
- ❖ Quais as causas da evasão?
- ❖ Na opinião dos pais de alunos: o que deveria ser feito para amenizar a evasão os casos de evasão na escola? Solicitamos também sugestões de todos a fim de que pudéssemos chegar a um censo comum.

Após a análise dos dados concluímos que os fatores de maior relevância para a evasão dos alunos da escola em estudo foram problemas de ordem financeira, cerca de 10% dos alunos porque não gostam de estudar, não gostam da escola, falta de motivação na escola; 8% porque estão trabalhando; 8,5% por causa da gravidez na adolescência, problemas de saúde ou até mesmo porque precisam cuidar dos próprios filhos e até mesmo o fato de sentirem que a escola não corresponde às suas necessidades.

Espera-se que este estudo e o acompanhamento de toda trajetória da vida dos alunos que estudam nesse Colégio, possa contribuir para que concluam seus estudos com sucesso.

REFERÊNCIAS

ELIAS, Norbert. 1994. **O processo civilizador 1: uma história dos costumes.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) de 2012. www.inep.gov.br . Consulta ao sistema EDUCACENSO.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)
www.ibge.gov.br
CONAE 2009.

Centro de Educação e Documentação para Ação Comunitária (Cedac) e consultora de NOVA ESCOLA GESTÃO ESCOLAR.

CAPÍTULO 7

FRACASSO ESCOLAR: A QUEM ATRIBUIR A RESPONSABILIDADE?⁹

*Maria Vanisia Jacinto da Silva dos Santos*¹⁰

INTRODUÇÃO

Cada época traz consigo uma nova forma de incluir o diferente. Oportunamente o fracasso escolar tornou-se um caso de inclusão, visto que, a criança que não consegue atingir a aprendizagem acaba recebendo rótulos e sendo excluído mediante os colegas. Os termos pejorativos de “burro” e “não sabe nada”, são corriqueiros na sala em que alguns alunos não conseguem acompanhar os demais colegas na aprendizagem. Sabendo que a inclusão tem realce nas legislações e regimentos nacionais, se faz necessário buscar métodos novos e parcerias para que o fracasso seja sanado do cenário escolar.

Ao pensar em uma sociedade que inclui, pensa-se também em uma sociedade que acolhe a todos, sem distinção de qualquer natureza, com ações que demonstrem

⁹ Trabalho apresentado a Central de Ensino e Aprendizagem de Alagoas – CEAP, como requisito para avaliação final da disciplina de Psicologia da Educação.

¹⁰ Mestranda em Ciências da Educação – UNASUR. Especialista em psicopedagogia – UPE, 2010. Professora da Educação Básica. E-mail: vanisia.silva@outlook.com

respeito às diferenças, tornando a educação um instrumento de valor.

Com o impulso das políticas públicas de inclusão, é necessário apreender e definir os desafios atuais da escola, com o propósito de buscar novas orientações para a educação. O fracasso escolar atualmente, ainda é um desafio para a escola. Ainda que, o mundo se transforme de forma avassaladora, a educação continua apresentando resultados que preocupam escolas e professores, pois grande parte dos profissionais da educação ainda não mudaram sua forma de ensinar e o fracasso escolar continua sendo um dos grandes vilões das últimas décadas. Com isso, há um declínio do papel “formador” da escola e uma crise existencial do aprendiz, que acaba se tornando um ser passivo no ambiente escolar conduzindo-o ao fracasso.

O sistema escolar é o responsável para zelar de certos cuidados que o aprendiz por si só não conseguirá atingir durante sua vida dentro da instituição em que estuda. Um desses cuidados que o sistema escolar deve ter é com a forma que o docente está ministrando suas aulas e com o fracasso escolar que tem apontado tantos insucessos para o aprendiz em forma de repetências, evasão e marginalização do ser.

Embora, sejam muitos problemas em questão, que a escola necessita superar, não se pode negar que as influências familiares e o não acompanhamento em casa das tarefas escolares podem fazer do trabalho educativo um fracasso. Muitos são os desajustes detectados na educação e dentre eles pode se citar a questão familiar tão defasada no processo ensino aprendizagem.

Um item de suma importância para se buscar o sucesso escolar é a articulação família e escola. Essa parceria tem base reconhecida pelas leis nacionais. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90) em seu artigo 4º determina: “é dever da família [...] assegurar com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à [...] educação [...]”. Ainda no artigo 55 da mesma lei, os pais são chamados a responsabilidade para que a criança chegue a escola, atribuindo esta obrigação aos mesmos. Art 55: “os pais ou responsável tem a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”. Faz-se necessário que as políticas públicas busquem incentivar a participação efetiva da família no desenvolvimento do aprendiz, de maneira que haja uma sociabilidade entre processo educativo, escola e família. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96), no artigo 2º determina:

Art 2º A educação, dever da família e do estado, inspirada nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Esse artigo deixa clara a responsabilidade que a família tem com a educação e com o desenvolvimento das capacidades intelectuais da criança, pois como a família é a base para assegurar o desenvolvimento pleno e saudável da mesma, pode-se dizer que sem estrutura familiar não há um desenvolvimento equilibrado. É a partir dessa não atuação familiar, que se iniciam os insucessos escolares, dentre eles

o fracasso escolar, que alguns profissionais atribuem a um caso patológico.

Preocupado com a melhoria na educação e sabendo que a família é a base para assegurar o desenvolvimento da criança na escola, o Ministério da Educação, na pessoa do então ministro Paulo Renato Souza, criou um dia dedicado à família. A data de 24 de abril ficou conhecida como Dia Nacional da Família na Escola e foi criada com o objetivo de trazer os familiares para dentro da escola com o intuito de participar de atividades promovidas pela instituição, fazendo-os envolver-se na educação dos filhos.

Por este motivo, justifica-se a necessidade de aprofundamento nesta temática, considerando o conhecimento dos professores acerca dos motivos que tem levado inúmeras crianças ao fracasso escolar, bem como o conhecimento de novas metodologias e estratégias de ensino que podem ser utilizadas por elas e aprofundadas com o auxílio familiar. Logo, a construção da aprendizagem não depende apenas do professor, mas este precisa se adequar as demandas do aluno, que depende de sua interação com o meio, com a família e com os avanços que ocorrem no meio educacional.

Ensinar não é fácil, o professor, às vezes, pode até ter novas formas de transmissão de conteúdos para melhor assimilação dos alunos, mas a família pode não atender a parte que lhe é assegurado para que o melhor desenvolvimento aconteça, dificultando assim, a atuação docente.

Assim, o presente artigo tem o objetivo de mostrar a importância da família no processo ensino-aprendizagem e

refletir sobre o fracasso escolar tão presente no cenário das escolas.

Esse trabalho tem como caminho metodológico a pesquisa bibliográfica com o intuito de analisar e registrar informações sobre o tema em estudo.

Deste modo, este estudo é de suma importância para os profissionais da educação, pois apresentará reflexões baseadas nos conhecimentos adquiridos e fundamentados por teóricos relevantes na temática.

Para entender melhor a temática abordada, o artigo versará sobre os seguintes tópicos: fracasso escolar: patologia ou falta de interesse? E como o docente pode motivar o aluno a estudar? Em seguida, as considerações finais.

1. FRACASSO ESCOLAR: PATOLOGIA, FALTA DE INTERESSE OU DESMOTIVAÇÃO?

Vive-se um presente de transformações e hoje se percebe que as pessoas também mudaram. Essa mudança tem refletido bastante no comportamento humano. O conceito de família passou por alterações, pois por tradição a ideia de família estava associada a pai, mãe e filhos. Atualmente esse conceito ampliou-se e família dentro desse contexto agora se constitui em um grupo de pessoas que habitam em uma mesma casa, ligadas por afeto ou parentesco. No contexto escolar, a família tem um papel de destaque, de parceira no processo ensino aprendizagem e por isso, precisa estar lado a lado com a escola para que o processo de ensino e aprendizagem busque caminhos que

elevem a autoestima do aprendiz e consequentemente, torne-se melhor o seu desempenho na concepção de realização de tarefas.

Assim, para que o processo de ensino e aprendizagem seja coerente com a prática docente, nesse processo ensino-aprendizagem devem ser inseridos conteúdos que estejam dentro da realidade do aluno para que o mesmo não se sinta tão longe do aprender, pois a relação é estreita entre o que se aprende e o que se ensina.

Quando se ensina, deve-se ter por objetivo a ação de instigar, orientar, criar condições, direcionar, preparar, organizar e operacionalizar as várias situações de aprendizagem para que o aluno tenha condições de se apropriar do conhecimento e assimilar o saber.

Dessa maneira é indispensável se pensar em educação sem instrução, se pensar em instrução sem ensino e se pensar em ensino sem o aprender e sem o acompanhamento da família. À medida que o aluno tem um saber real, de imediato ele exterioriza esse saber dentro da sociedade de acordo com o seu tempo, pois educação não se sustenta sem instrução. Quando se instrui dá-se a permissividade ao aluno de refletir sobre uma ação colaborativa, participativa e conjunta, de forma que se chegue ao aprender. Nesse aprender está à dúvida, o erro, a possibilidade de revisão e alteração que leva o aprendiz a situação de aprendizagem.

Assim, quando essa aprendizagem não acontece, o aluno sente se fracassado, derrotado e perde o gosto pelo estudo. Conforme, José Maria Puig Rovira (2004, p.83); “a escola não deve criar indivíduos apáticos, desanimados ou

desmoralizados [...] não há pior fracasso escolar que produzir alunos com tão baixa autoestima”.

Quando o aluno se sente desmotivado, o trabalho escolar passa a ser um empecilho, a aprendizagem não acontece e a escola passa a não ter significado, principalmente, porque suas metas estão voltadas exclusivamente para o resultado de suas aprendizagens. Se a aprendizagem não acontece, o fracasso possivelmente aparecerá, visto que, o aprendiz passa a não confiar em si próprio, nem em seu esforço.

Sucesso e fracasso são experiências vivenciadas por todos, mas quando esse fracasso está ligado a escola, a marca é bem mais profunda, pois, o sentimento de incapacidade algumas vezes acaba deixando muitos aprendizes na metade do caminho.

De acordo com Marchesi (2004.p.132) “os conceitos de autoestima, habilidade, esforço e experiência de fracasso estão no núcleo explicativo da desmotivação generalizada dos alunos”. Logo, quando o aluno generaliza esse fracasso, qualquer tarefa escolar que for realizada por ele não terá sucesso, visto que, tarefa e autoestima não conseguem interligasse.

À escola então, cabe interferir elevando a autoestima do aprendiz e não enfatizando que se ele não conseguiu foi por que não houve interesse.

Porém, o sucesso e o fracasso também estão ligados à escola, que, por não conseguir preparar bem esse aluno acaba por ficar com o sentimento de despreparo e tem dificuldades de trabalhar com a realidade demonstrada pelo indivíduo. Essa dificuldade gera questionamentos para a escola que

num ato defensivo começa a tachar o baixo rendimento escolar do aluno de doença ou falta de interesse por parte do aprendiz.

Logo, refletir sobre a elaboração e planejamento de um currículo que gere no discente o interesse pelo estudo, se torna primordial, pois é a partir daí que o mesmo poderá elaborar seus próprios questionamentos e até mesmo formar novos paradigmas para seguir, no entanto nem todos conseguem e o sentimento de inferioridade é constante.

É na escola que o sujeito deve ser preparado para lidar com suas angústias e desilusões, porém, a família também, precisa estar próximo incentivando nessa caminhada, para que as angústias não venham a tornar-se uma patologia.

O fracasso é uma mazela, uma doença social, causada pela exigência da sociedade. Na escola, por exemplo, o aluno é explorado por teste de nível intelectual e quando não consegue atingir o resultado esperado pela escola geralmente recebe rótulos e é deixado a margem do conhecimento.

Weiner (1979; 1985) dedicou-se a estudar as causas que levariam o aluno ao fracasso e sucesso escolar. Esse teórico atribui às causas do sucesso e fracasso escolar a existência de três dimensões: a internalidade (causas internas ou externas vivenciadas pelo sujeito), a estabilidade que traz à tona as causas estáveis ou instáveis e a controlabilidade que são os assuntos que podem ser controláveis ou não pelo sujeito.

Partindo do pressuposto da existência dessas três dimensões, pode-se dizer que as causas internas do sujeito diz respeito ao seu bem estar, ao passo que as influências da

família, do professor, da sociedade e das atividades diárias constituem-se causas externas. O sujeito possui angústias e essas são exteriorizadas nos ambientes de sua vivência. De acordo com sua estabilidade essa angústia pode mudar para algo positivo ou simplesmente torna-se inalterável, podendo ou não ser controlada pelo sujeito. Esse estado tem preocupado a escola que numa forma de evitar os temores dos alunos, buscam tentar uma forma de ensino baseado na autonomia, para que o avanço da aprendizagem aconteça.

Assim, o grande papel da escola nesse momento é preparar esse cidadão para que ele seja um indivíduo socialmente ativo, desenvolvendo com nitidez suas competências cognitivas e sociais, de maneira que a aprendizagem aconteça em interface com a realidade que se faz presente.

Sabe-se então, que para que essa aprendizagem se faça presente, devem-se estar integrados todos os componentes do ensino-aprendizagem: aluno, professor, conteúdo, métodos, recursos, avaliação e família.

Não há espaço para falhas dentro desses componentes. Todos devem estar ligados e conectados para que haja uma formação lógica, prática e contextualizada dentro da capacidade cognitiva de cada indivíduo. Quando todos esses componentes estão interligados, é fácil perceber quem se quer formar, o que se quer que o aluno aprenda e qual a finalidade do aprender. Por isso, é tão importante que ao avaliar se possa enxergar no aluno a revelação de quantas possibilidades de construção do aprender ele conseguiu assimilar, para que seu processo educativo seja rico e dinâmico.

Dentro dessa perspectiva, pode-se então deduzir que a interação professor-aluno exige cumplicidade e que esta só irá ocorrer quando existir uma relação de confiança e comunicação, tornando o processo ensino-aprendizagem um instrumento de satisfação da interiorização do saber.

Logo, fracasso e sucesso escolar estão interligados as emoções e a motivação recebida no contexto escolar e familiar. Para querer ser um bom aluno é necessário despir-se da indefensibilidade aprendida e ir em busca da aprendizagem, do prazer pela descoberta, sinalizando estratégias positivas e relacionando o êxito com o esforço.

De acordo com Cordié p.25: “A curiosidade, o prazer da descoberta e a aquisição do conhecimento fazem parte da dinâmica da vida”.

Assim como não dá pra ser um bom professor utilizando apenas o quadro e o giz ou ditando um texto de uma apostila para que os alunos escrevam, pois esses hábitos não acompanham a dinâmica da renovação do conhecimento pelo qual as pessoas estão passando, também não dá para ser um bom aluno sem a busca pelo conhecimento, sem a motivação da escola e sem o acompanhamento familiar.

Todos os níveis da educação estão vivenciando um quadro de mudanças, que perdura desde as crianças até os adultos que almejam serem sujeitos ativos da aprendizagem. A globalização gera essas mudanças. Assim, é tarefa do professor que deseja ter sucesso dentro de sua sala de aula, exercer o importante papel de facilitador interagindo de maneira dinâmica e atualizada no processo de ensino-aprendizagem e também cabe ao aluno,

a busca incessante pelo conhecimento dentro dessa era globalizada.

Hoje se pode dizer que se tem uma escola aberta, que rompe com todas as barreiras e abre-se para o enriquecimento do processo de interação que acontece entre professor-aluno-família e demais agentes sociais que interagem dentro da instituição escolar. Esse processo de interação modifica a dinâmica de aprendizagem e amplia o espaço de geração do conhecimento. Partindo dessa assertiva, o termo fracasso escolar não deveria fazer parte de posturas docentes e discentes, pois a escola que aí está, é a escola do futuro, que soa sem barreiras, que está aberta ao conhecimento e a ação. Para D'Ambrósio (1999), “Educação é ação”. É isto que requer todos os jovens que desafiam a sala de aula, que tem o desejo de aprender e que querem fazer a diferença.

A diferença está no fazer de cada pessoa, resultante de suas marcas singulares e de sua formação enquanto indivíduo que constrói suas crenças e valores e que são compartilhados na sua dimensão cultural enquanto coletividade. Logo, os termos patologia, falta de interesse e desmotivação não cabem dentro de uma instituição que faz a diferença e ao lado de aprendizes que buscam o sucesso.

2. COMO O DOCENTE PODE MOTIVAR O ALUNO A ESTUDAR?

O sistema educativo é por excelência aquele que preserva as normas e os bons costumes. Ele concentra toda a energia em jovens que possuem aptidões e que se

adequam a essas normas e sem querer generalizar, colocam em segundo plano, aqueles que não as tem.

Os jovens que ficam em segundo plano geralmente apresentam insucessos que reflete tanto no ambiente escolar quanto no meio social. É preciso que o docente ao se deparar com um quadro desmotivante por parte do aluno, o instigue e o motive a superar. Em alguns casos, o discurso do docente é disfarçado e acabam por vezes discriminando o aluno ao dizer: “esse aí não tem jeito, sei mais o que fazer não”, etc., expressões estas que limitam a aprendizagem. Outros ainda dizem: “também com a família desestruturada que tem, não aprende nada”!

Enquanto docentes se ocupam de procurar uma justificativa para maquiar o problema do fracasso escolar, os alunos desmoronam, sem ajuda. Esse momento não é de ocultar o fracasso, mas de busca de motivação para que o discente possa ir em busca de uma melhor qualidade na educação.

Um dos objetivos da educação é resgatar os alunos, dando significado as suas singularidades e desenvolvendo suas relações educacionais no meio social. A forma que a educação tem para motivar o aluno é mostra-lhe que o saber não é interditado e que se pode chegar ao ápice da aprendizagem sendo persistente.

Conforme Tiba (2011, p.92) “a verdadeira motivação tem de nascer da própria pessoa”. O educador pode, no entanto, descobrir quais estímulos podem ser utilizados para que o aluno sinta-se seduzido e motivado a estudar, porém, o desejo de valorização e de motivação precisa partir do seu eu.

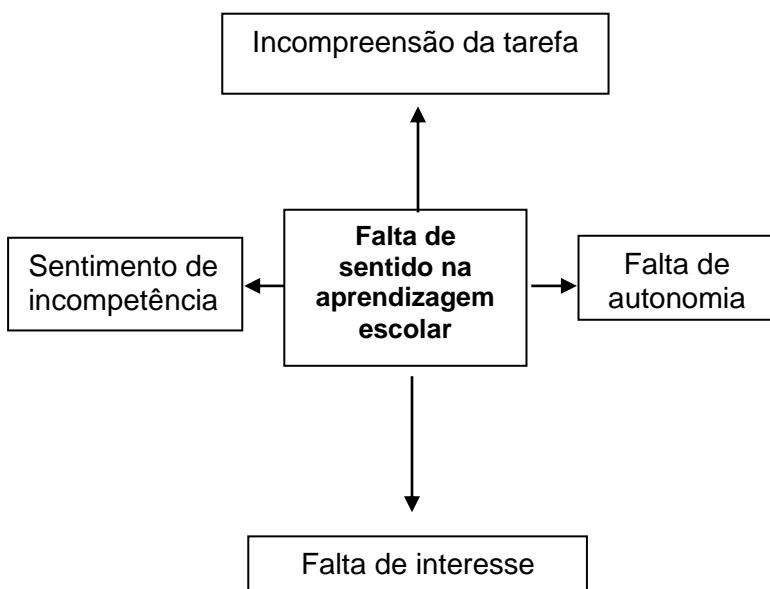
Conforme Marchesi (2004), a falta de motivação está ligada a um conjunto de fatores: experiências fracassadas, falta de confiança, incontrolabilidade de causas externas, falta de habilidade para condução de suas condutas e uma avaliação negativa de sua própria autoestima. Em suma, esses fatores influenciam no processo ensino-aprendizagem, dependendo do modo como o aluno percebe a aprendizagem para si e de suas expectativas para aprender. Ao professor o primeiro requisito a adotar para atribuir sentido a aprendizagem, é entender em que consiste a falta de autoestima e o que é preciso fazer para resolver a situação e investir nas possibilidades de êxito do aluno.

O professor ao adentrar sua sala de aula, logo identificará quais alunos jogam no time dos desanimados e quais são os animados, porém se esquiva, a adotar procedimentos distintos para alcançar a tão sonhada aprendizagem pelos alunos. É interessante observar como o aluno lida com a rejeição, pois quando ele percebe que o professor não está interessado nele, por si só, ele se auto justifica, expressando sentimentos negativos e ao invés de tentar a aprendizagem de outra forma, acaba por abandonar a escola.

Como o fracasso escolar constitui-se um tema polêmico e requer atenção dobrada da escola, o papel do mediador na sala de aula exige não apenas conhecimento e habilidades a ser aplicadas, mas um desempenho que motive os alunos para que eles tenham um bom rendimento. Geralmente, o fracasso escolar está atrelado a itens como reprovação, evasão, indisciplina, incapacidade,

incompreensão, falta de interesse, incompetência e falta de autonomia.

Marchesi (2004), citando (McCombs e Whisler, 1989; Solé, 1993; Miras, 1996), elenca algumas razões que levam um aluno a não encontrar sentido na aprendizagem escolar. São eles:



Essas quatro razões citadas pelo autor, trazem consigo alguns requisitos que necessitam de uma reflexão pelo professor.

O aluno fica sem motivação quando, não está claro o que ele deve fazer pra responder a atividade ou simplesmente quando o que foi explicado pelo professor foi incompreendido por ele.

Os conteúdos escolares precisam estar ligados a sua realidade para que o aluno desperte o interesse pela atividade e tente resolvê-la, caso contrário, não sentirá vontade de aprender.

É necessário que haja uma motivação, um conhecimento prévio do conteúdo a ser estudado para que o aluno se sinta a vontade para participar e contribuir com suas experiências para o processo ensino aprendizagem e para isso, a autonomia deverá ser trabalhada.

E por fim a mais cruel das razões, o sentimento de incompetência. Esse sentimento desperta no aprendiz uma autoavaliação e essa se associa a inutilidade. Sentindo-se inútil não terá esforço para se comprometer a solucionar as atividades que lhe são propostas.

Em suma, de acordo com Marchesi (2004), o professor e a metodologia adotada por ele, podem vir a ser o grande responsável pela falta de motivação de alguns alunos. No entanto, sabe-se que existem outros fatores, inclusive externos, que acarretam consequências negativas e que influenciam em maior ou menor grau sua motivação para o estudo.

O fracasso então toma conta da ausência de sentidos do aprendiz e produz a desmotivação, que atinge não só quem a estuda, mas também a escola e a família.

Dentro desse contexto, a palavra fracasso soa como sinônimo de derrota e esse declínio muitas vezes compromete o papel da escola, enquanto instituição formadora. Daí surge a seguinte indagação: a quem atribuir o fracasso escolar?

O fracasso na aprendizagem atinge o individuo, a sua família e o meio social já que o conhecimento significa poder na nossa cultura.

Os problemas de aprendizagem são construídos na trama da organização familiar e social que lhe outorga significações.

Quando se pensa em fracasso escolar, logo se pensa em reprovação tanto escolar quanto social. A reprovação está ligada ao erro e o erro justifica-se pela não aprendizagem ou incompetência do aluno. Segundo Carvalho (1997, p.12):

Quando associamos erro e fracasso, como se fossem causa e consequência, por vezes nem se quer percebemos que, enquanto um termo- o erro- é um dado, algo objetivamente detectável, por vezes até indiscutível, o outro – o fracasso- é fruto de uma interpretação desse dado, uma forma de o encararmos e não a consequência necessária do erro [...].

Assim, é conveniente destacar que essa associação erro e fracasso têm uma consequência que pode ser resumida a insatisfação e insucesso. O erro leva a insatisfação, ao não conhecimento do objeto, e o fracasso leva ao insucesso, ao “sentimento de não sou capaz, não consegui, sou incompetente”.

Para todos os estudantes o sucesso escolar é importantíssimo, já que seu desempenho como pessoa está vinculado em grande parte à sua atuação como aluno.

Para a família, o sucesso escolar dos filhos é quase que um atestado social de êxito dos pais como educadores, pois se o filho passa de ano, tem êxito nas atividades escolares, é porque os pais foram boas influências e estavam mais presentes na educação escolar.

Para a escola, alunos com bom desempenho escolar, em geral significam profissionais bem sucedidos no futuro. E o que acontece com os alunos que não conseguem ser bem sucedidos?

Quando o problema do fracasso volta-se única e exclusivamente para o aluno, a escola, o sistema educacional, as condições sociais e a família se distanciam da responsabilidade que pesam sobre eles e o fracasso será sempre do aluno. Dentro do contexto escolar, é preciso que haja motivação por parte do professor para com o aluno e uma didática que faça sentido para ele continuar a estudar.

Individualmente, o estudante, a escola ou a família não são linearmente responsáveis pelos problemas de aprendizagem ou em última análise, do sucesso ou fracasso escolar, mas a combinação entre fatores congênitos e as experiências vivenciadas nesses ambientes, levam a emersão das predisposições existentes e que podem ser desencadeadoras potenciais dos transtornos de aprendizagem. Os estudantes com dificuldades de aprendizagem, de baixa autoestima, de sensação de incapacidade e fracasso devem ser encorajadas a superarem seus problemas a partir de suas reais potencialidades. De acordo com Marchesi e Pérez (2004, p. 32):

É preciso romper essa dinâmica e propiciar que o aluno tenha experiências positivas que melhorem sua autoestima e que o revigorem para manter o esforço em tarefas posteriores. Para isso, é necessário que o professor ajuste a tarefa às possibilidades de cada um e mantenha as expectativas positivas para a aprendizagem de todos os seus alunos.

Em suma, ao professor não basta explicar bem a matéria que ensina e exigir que o aluno aprenda. É necessário despertar a atenção do aluno, criar nele interesse pelo estudo e estimular seu desejo de conseguir os resultados visados mediante tarefas progressivas.

CONCLUSÃO

Apesar de vivermos em mundo onde a mudança parece ser frequente, percebe-se que a grande mudança deve iniciar no mundo interior do ser humano. O docente, por exemplo, está tendo dificuldades para se relacionar com o mundo social que seus alunos apresentam e isso tem trazido a tona o critério de negativo e positivo dentro do processo ensino aprendizagem e esse repercute para o discente em fracasso e sucesso escolar.

Os professores acabam achando-se inativos mediante seu lado profissional, por sentirem-se despreparados e não conseguir sanar o problema que tão constantemente se apresenta no cenário escolar: o fracasso por parte do aluno. Mediante esta inatividade os professores

buscam fazer um resgate trabalhando a parceria escola e família na busca do sucesso para todos os envolvidos

As atividades escolares pedem mudanças de paradigmas e cabe ao professor responder às necessidades dos estudantes e deixar de lado os pensamentos negativos: “do não sei como fazer” e “esse menino não tem jeito” e arregaçar as mangas para chegar ao sucesso de ambos

Logo, o ensino requer parceria. Porém, se o professor não se sentir capacitado, o aluno não se sentir motivado e a família não participar do processo educativo, o ensino será em vão, pois alunos não percorre sozinho para o aprendizado, é necessário um mediador que o encoraje para que a aprendizagem aconteça, pois sozinho ele (o aluno) não dará conta do processo ensino-aprendizagem.

Por fim, é importante ressaltar que a escola deve criar um vínculo entre aluno-família-escola e promover ações que gerem motivação para o bem estar dos sujeitos, revertendo o quadro de fracasso para o sucesso tão almejado entre os envolvidos no processo educativo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei nº 9394 de dezembro de 1996.

CORDIÉ, A. **Os Atrasados não Existem.** São Paulo: Artes Médicas, 1993.

HOBSBAWM, E. (1996). **A Era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras.

MARCHESI, A; PEREZ, E. M. **A Compreensão do Fracasso Escolar**. In: MARCHESI, A; GIL, C.H & Colaboradores. Fracasso Escolar: Uma perspectiva multicultural. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MARCHESI, A; COOL, C. PALACIOS. J. **Desenvolvimento Psicológico e Educação**. In: MARCHESI, A. Os alunos com pouca motivação para estudar. Porto Alegre: Artmed, 2004.

ROVIRA, J.M.P. **Educação em Valores e Fracasso Escolar**. In: MARCHESI, A; GIL, C.H & Colaboradores. Fracasso Escolar: Uma perspectiva multicultural. Porto Alegre: Artmed, 2004.

TIBA, Içami. **Pais e Educadores de Alta Performance**. São Paulo: Integrare Editora, 2011.

BIBLIOGRAFIA

CAMPOS, Dinah Martins de Souza. **Psicologia da aprendizagem** Petrópolis: Vozes, 28º edição, 1987.

DAVIDOFF. Linda L, **Introdução à psicologia**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 2001.

CAPÍTULO 8

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM SERGIPE¹¹

Walter de Souza Monteiro¹²

INTRODUÇÃO

No presente trabalho, temos como objetivo estudar as políticas de inclusão no Brasil, procurando compreender os processos pelos quais se articulam à educação especial. Desse modo, “Educação Inclusiva e Inclusão Social” são expressões que ganharam importância no discurso de diferentes correntes da política pública e nas discussões desenvolvidas no campo teórico, nos últimos anos. É possível perceber, portanto, tentativas de defini-las como conceitos e delinear caminhos para implantá-las. A educação brasileira tem de fato um desafio muito grande

¹¹ Trabalho apresentado ao Centro de Estudos Superior Polo de Pirambu Sergipe – em parceria com a Central de Ensino e Aprendizado de Alagoas – CEAP, como requisito para obtenção da nota da disciplina educação inclusiva do curso de Mestrado em Ciências da Educação, Formação Interdisciplinar e Subjetividade, orientada pela Professora MsC. Dra. Isa Regina Santos Anjos.

¹² Walter de Souza Monteiro, Mestrando Ciência da Educação-Universidade Autônoma Del Sur – UNASUR, Especialista Engenharia de Segurança do Trabalho – UNIT 2010 e Graduado em Meio Ambiente UNIT – 2007.

pela frente, que é possibilitar o acesso e a permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais na escola.

Convém ressaltar, que a educação inclusiva é uma ação social, cultural, pedagógica e política, em favor da defesa do direito de que todos os alunos vão estudar juntos numa mesma sala, sem preconceito, aprendendo e participando das aulas. A educação inclusiva é fundamentada na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores intrínsecos, e que avança em relação à ideia de paridade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas de exclusão dentro e fora da escola.

Diante de tal situação, a iniciativa deste estudo sobre as políticas públicas de educação inclusiva em documentos já produzidos são pertinentes pela relevância do conhecimento dos objetivos, inadequações, propostas, intervenções e progressos e contempladas nas diretrizes nacionais das políticas de educação inclusiva, as quais têm gerado constantes discussões e mudanças significativas no âmbito escolar através das relações entre a escola regular e a escola especial.

Em seguida, vamos analisar os documentos que são produzidos para constituir uma política pública de educação especial na perspectiva inclusiva, a nível nacional: a Constituição Federal de 1988, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, a Resolução CNE/CEB nº 4/2009, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 8.069/90, Lei nº 9.394/96 e a Lei 7.853 de 24 de outubro de 1989. Através destes documentos importantes, podemos perceber

a trajetória crescente em que está implantada a educação inclusiva no âmbito educacional.

Diante dessas considerações, é importante ressaltar que a inclusão não depende somente de uma reforma do pensamento e da escola, como também de uma formação inicial e continuada dos professores, a qual possa torná-los capazes de conceber e de ministrar uma educação plural, democrática e transgressora, como são as escolas para todos. Precisamos de professores qualificados e que reconhecem a integridade e a plenitude do desenvolvimento desses seres, apesar das suas diferenças.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:

1.1 Políticas Públicas de Educação Especial Inclusiva: Construção de Conceitos:

A Educação Inclusiva é um marco na história da Educação Especial, embora ao longo de todo seu processo histórico-conceitual, verifica-se a ideia de uma educação escolar integrada aos sistemas regulares de ensino iniciando com o primário.

A inclusão implica na mudança de políticas educacionais e de implementação de projetos educacionais do sentido excludente ao sentido inclusivo. Educação Especial é muito mais do que uma escola especial, sua prática não precisa estar limitada a um sistema paralelo de educação, e sim fazer parte da educação como um todo, acontecendo nas escolas regulares e constituindo-se em

mais um sinal de qualidade em educação, quando oferecida a qualquer aluno que dela necessite.

A seguir, vamos citar alguns trechos importantes a respeito da educação inclusiva, destacando a opinião de vários autores a respeito do conteúdo abordado. Segundo (Monteiro, 2004), “a educação inclusiva diz respeito ao direito à educação e, devem-se buscar princípios tais como: a preservação da dignidade humana, a busca de identidade e o exercício de cidadania”. De acordo com (Macedo, 2005), “é preciso refletir sobre os fundamentos da educação inclusiva, procurar saber e repensar o modo de funcionamento institucional, hoje pautado na lógica da exclusão em favor da inclusão.”. Conforme consta na Cartilha da Inclusão dos Direitos das Pessoas com deficiência, para se ter realmente uma escola democrática, é preciso criar uma nova ordem social, pela qual todos seja incluídos no universo dos direitos e deveres. (Godoy, 2000). Segundo (Mantoan, 2005), “para haver um projeto escolar inclusivo são necessárias mudanças nas propostas educacionais da maioria das escolas, uma nova organização curricular idealizada e executada pelos seus professores, diretores, pais, alunos e todos os que se interessam pela educação na comunidade onde está à escola.” (Prieto, 2000), “a inclusão é uma possibilidade que se abre para o aperfeiçoamento da educação escolar e para o benefício de todos os alunos”. (Sassaki, 1999), fala da “inclusão social” como um novo paradigma, “o caminho ideal para se construir uma sociedade para todos e que por ele lutam para que possamos – juntos na diversidade humana – cumprir nossos deveres de cidadania e nos beneficiar dos direitos

civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e de desenvolvimento”.

Como colocaram os autores citados no parágrafo acima, a inclusão social precisa adotar políticas educacionais inclusivas adequadas, a fim por meio de uma educação qualificada para todos. E para isso, faz-se necessário que se invista na formação adequada e continuada dos professores, pois, ninguém pode ser excluído de aprender e ser capacitado para a inclusão, por que todos têm a aprender sobre ela. Esse processo de aprendizagem vai facilitar que os professores construam e ampliem suas habilidades sobre as experiências que já possuem com o objetivo de alcançar todas as crianças e suas necessidades de aprendizagem.

Convém ressaltar, que a Educação atualmente faz-se muito importante na sociedade. E o processo de inclusão se faz necessário para esse processo. De acordo com (Padilha, 2004):

“Colocar todas as crianças juntas, em um mesmo lugar, em um mesmo tempo para aprender tudo não significa que todas aprenderão o que realmente precisam aprender. Juntar crianças em uma sala de aula não lhes garante ensino, não lhes garante escola cumprindo seu papel, não lhes garante aprendizagem e, portanto, não lhes garante desenvolvimento. Deixar crianças e jovens deficientes ou pobres sem escola, sem ensino, sem aprendizagem e abandonados à própria sorte é impedir, de forma violenta, o exercício do direito que todos têm de participar dos bens culturais produzidos pela humanidade. Tão violento é deixar crianças e jovens sem escola quanto é deixá-los sem comida, sem casa, sem roupa, sem lazer, sem saúde, sem afeto, sem

perspectiva de trabalho, sem segurança, sem orientação, sem cuidados. Igualmente violento é deixá-los na escola, matriculados, com lugar marcado na sala de aula, mas sem aprender, sem o acesso a todos os instrumentos e estratégias que respondam às suas necessidades peculiares: professores que saibam do que realmente estas crianças e jovens necessitam; equipe de profissionais que saiba orientar professores e familiares, acompanhando-os no processo de aprendizagem de seus alunos e filhos; número suficiente de pessoas para cuidar destes alunos na escola; número menor de alunos por sala de aula; salas de recurso em pleno funcionamento; estrutura física dos prédios adequada; possibilidades de locomoção garantidas; projeto pedagógico coletivo; estrutura e funcionamento administrativos compatíveis com o projeto pedagógico e com as singularidades dos diferentes grupos de crianças e jovens...”(PADILHA, 2004, p. 96-97)

1.2 Marcos Históricos e Normativos:

Partindo da história política da educação, compreenderemos o processo de formação cultural do povo de uma época. Esse método, nos ajuda a compreender melhor a dinâmica do processo homogêneo, possibilitando identificar o surgimento de escolas, projetos políticos, gestores e legislações. Desta forma poderemos fazer uma análise mais profunda se realmente houve um crescimento ou retrocesso nas transformações ocorridas durante um determinado período.

A educação especial se organizou acintosamente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, destacando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram a criação de

instituições especializadas, ou seja, classes especiais. “Os estudos sobre História da Educação produzidos em diferentes períodos e sob distintas perspectivas teóricas, contribuíram como estudos historiográficos de valor, seja como elemento de construção de uma memória” (Nascimento, 2003). Assim sabemos que em Sergipe, como em outros lugares, a educação não tem sido apenas uma expressão de dominação política, mas reflexos de uma dinâmica cotidiana, no processo de Inclusão Educacional, de pessoas com necessidades especiais.

Em seguida, vamos analisar os documentos importantes que são produzidos para constituir uma política pública de educação especial na perspectiva inclusiva, a nível nacional: a Constituição Federal de 1988, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial em Educação Básica, a Resolução CNE/CEB nº 4/2009, que Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, Lei nº 8.069/90, que Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, Lei nº 9.394/96, que Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e a Lei 7.853/1989, que estabelece as normas gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiências, e sua efetiva integração social, nos termos desta Lei. Faz-se importante ressaltar, que através destes documentos, podemos perceber a trajetória crescente em que está implantada a educação inclusiva no âmbito educacional, quer seja, no Brasil, ou em Sergipe.

A Constituição Federal do Brasil traz como um dos seus princípios fundamentais, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art. 3º, inciso IV). Já no artigo 205 define “a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho”. No art. 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, como um dos princípios para o ensino, e garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

A Resolução CNE/CEB Nº 2/2001, institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial em Educação Básica. No Art. 3º:

“Entende-se por educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica.”

Com embasamento na Resolução CNE/CEB Nº 2/2001, o sistema educacional tem que funcionar de forma adequada, faz-se necessário que haja um setor responsável

pela educação especial, que viabilizam e que dê sustentação ao processo de construção. Setor esse, que deve investir na formação e na qualificação do professor, pois, os mesmos são fundamentais para o processo de educação. Eles são peças chave para esse processo, é necessário que eles desenvolvam algumas competências para que assim sejam identificadas as necessidades educacionais especiais. Ou seja, eles tem por obrigação definir, implementar, liderar, definir procedimentos didáticos e pedagógicos, apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, e práticas alternativas, adequados ao atendimentos das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais.

1.3 Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: Objetivos e Diretrizes.

A seguir, vamos analisar as Diretrizes da Política Nacional de Educação Especial e a sua importância fundamental para o processo de inclusão. Segundo o documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, podemos perceber que a educação especial de ensino passa por várias etapas e modalidades. Com essas etapas são disponibilizados recursos, modalidades e serviços que nos orientam quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas do ensino regular. Esse atendimento complementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e

independência na escola e fora dela. São oferecidas diversas atividades de atendimento educacional, entre elas: o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação, sinalização e tecnologia assistida e programas de enriquecimento curricular. Ao longo de todo o processo de escolarização esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum. O atendimento educacional especializado é acompanhado por meio de instrumentos que possibilitem monitoramento e avaliação da oferta, realizados nas escolas da rede pública e nos centros de atendimento educacional especializados públicos ou conveniados.

A educação infantil tem início na primeira fase das crianças, ou seja, na educação infantil. É nessa fase que serão desenvolvidas bases para a construção do conhecimento e do desenvolvimento do aluno. E nessa etapa a participação dos pais é fundamental, juntamente com a escola e o professor. Em todas as etapas e modalidades da educação básica, o atendimento educacional especializado é organizado para apoiar o desenvolvimento dos alunos, constituindo oferta obrigatória dos sistemas de ensino.

De acordo com a avaliação pedagógica, considera-se tanto o conhecimento prévio juntamente como a fase atual que o aluno, como também o nível de aprendizagem e desenvolvimento do aluno quanto às possibilidades de aprendizagem futura, configurando uma ação pedagógica processual e formativa que analisa o desempenho do aluno em relação ao seu progresso individual, prevalecendo na avaliação os aspectos positivos e negativos que indiquem as

intervenções pedagógicas do professor. Para assegurar a implementação das políticas públicas, a formação deve contemplar conhecimentos de gestão de sistema educacional inclusivo, tendo em vista o desenvolvimento de projetos em parceria com outras áreas, visando à acessibilidade, atendimentos de saúde, promoção de ações de assistência social, justiça e trabalho.

Para que ocorra o processo de aprendizagem, os sistemas de ensino vão organizar as condições necessárias para acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e a comunicação. Valorizando as diferenças e atendendo as necessidades educacionais de todos os alunos. O acesso à educação tem início na educação infantil, na qual se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e desenvolvimento global do aluno. Quando a criança está na sua primeira etapa de vida, que vai do nascimento até os três anos, o atendimento educacional especializado se dar por meio de serviços de estimulação precoce, esse processo facilita o desenvolvimento e a aprendizagem em conjunto com os serviços de saúde e assistência social.

O atendimento educacional especializado é organizado para apoiar o desenvolvimento dos alunos, em todas as modalidades e em todas as etapas da educação básica, constituindo oferta obrigatória dos sistemas de ensino. Ele deve ser realizado num turno inverso ao da classe comum, ou em um centro especializado ou na própria escola. Para que esse atendimento seja feito, faz-se necessário que sejam cumpridas diversas leis e diversas diretrizes.

O PNE tem como objetivo principal, o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência e do desenvolvimento de altas habilidades nas escolas regulares, orientando assim as escolas e o sistema de ensino como um todo para promover respostas às necessidades educacionais especiais. Vale destacar, pontos importantes a respeito da “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”:

- Atendimento educacional especializado;
- Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação, para a inclusão escolar;
- Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.
- Participação da família e da comunidade;
- Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior;
- Atendimento educacional especializado;
- Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino;
- Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação;

1.4 A Formação de Professores para a Educação Inclusiva:

Como já foi visto, a inclusão não se limita em colocar alunos com deficiências ou necessidades educacionais especiais nas escolas regulares. Uma das condições necessárias para que essas instituições sejam

realmente inclusivas, ou seja, de todos para todos, é a facilitação dos critérios de admissão e de permanências nos ambientes escolares. Dentro da perspectiva, o que se espera da escola é que seus planos sejam definidos por uma educação para a cidadania global, livre de preconceitos, a qual se dispõe a reconhecer e valorizar as diferenças, a incompletude, a singularidade dos seres humanos, ideias essenciais para se entender a inclusão.

A inclusão não depende somente de uma reforma do pensamento e da escola, como também de uma formação inicial e continuada dos professores, a qual possa torná-los capazes de conceber e ministrar uma educação plural e democrática, como são as escolas para todos. Ou seja, precisamos de professores competentes e capacitados, para que os mesmos sejam facilitadores do aprendizado do aluno e que não os impeçam de ser, de pensar e de decidir por si mesmos. Os professores precisam de oportunidade para refletir sobre as propostas de mudança que mexem com seus valores e com suas convicções, assim como aquelas que afetam sua prática profissional cotidiana.

Na escola tradicional, o aluno é particularmente o mesmo, uma reprodução do sujeito da razão da consciência. São determinados por quadro de referencia que mantém estável o mundo escolar. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem identidade fixa, permanente. Esse aluno contesta os dispositivos que regularizam a escola, que decretam e naturalizam as repetências, as exclusões e legalizam os espaços marginais da educação, como é o caso do ensino especial e de outras modalidades

que ainda se mantém na maior parte dos sistemas de ensino em todo o mundo.

Faz-se necessário uma revisão das novas oportunidades para o desenvolvimento profissional dos professores e discutir formas através das quais os conhecimentos, as habilidades e as atitudes necessárias aos professores em momentos diferentes de sua carreira podem ser permeados por princípios e práticas necessários para trabalhar em ambientes inclusivos. Ou seja, nos da à sugestão que os programas de desenvolvimento profissional devem acrescentar conhecimento as habilidades que os professores já possuem para ensinar inclusivamente. Pois, a maioria dos professores já tem esse conhecimento, o que falta é a confiança em sua própria competência e em suas habilidades.

Em longo prazo, o melhor investimento que pode ser feito, é assegurar que os professores recentemente qualificados tenham uma compreensão básica do ensino inclusivo e de escolas inclusivas. As atitudes dos professores são fundamentais para a nova política de inclusão. E também se faz necessário o estudo de documentos que são considerados importantes e fundamentais para que se coloque em prática a inclusão.

Segundo Peter Mittler (2003), os objetivos principais da ampla gama de padrões nacionais são:

- Estabelecer expectativas claras para os professores em pontos-chave na profissão;
- Ajudar os professores em pontos diferentes de sua vida profissional a planejar e a monitorar o seu

- desenvolvimento, a capacitar e a desempenhar efetivamente seu trabalho e fixar objetivos claros e relevantes para melhorar a sua efetividade;
- Assegurar que o enfoque em todos os pontos esteja dirigido à melhoria do desempenho dos alunos e da qualidade de sua educação;
 - Fornecer as bases para o reconhecimento profissional da especialização e para as realizações dos professores;
 - Ajudar os serviços de desenvolvimento profissional a planejar e a promover uma capacitação relevante de alta qualidade, a qual satisfaça a necessidade de professores individualmente e de diretores e a qual faça um bom uso do tempo e ofereça o máximo de benefícios para os alunos;

Todos esses investimentos positivos serão necessários para assegurar que os princípios inclusivos sejam construídos nos seus fundamentos para o desenvolvimento profissional do professor, para que o mesmo tenha conhecimento e desenvolva suas habilidades na educação inclusiva, para que assim, seja dada uma educação digna e de qualidade a todos os alunos, para que as pessoas vivam em uma sociedade mais inclusiva.

1.5 O Papel da Escola, dos Pais e dos Professores no Processo de Aprendizagem dos Alunos:

Para que se tenha um bom processo de aprendizagem, é necessário que esses três fatores caminhem juntos: a Escola, os Pais e os Professores. Mas, infelizmente

isso não tem ocorrido. Percebemos que a escola reclama da ausência da família para acompanhar a criança no seu desenvolvimento escolar. Em alguns casos, os pais muitas vezes acreditam que a obrigação é dos professores de educar os seus filhos.

Para que se dê o desenvolvimento da criança, a participação da família é fundamental. Independente de qual seja a sua formação. O primeiro contato com o mundo externo que a criança tem é no meio familiar, ou seja, através da linguagem, a aprendizagem e os valores e hábitos. A convivência com o meio familiar é importante, pois, facilita a inserção no meio escolar sem problema de relacionamento disciplinar: Aluno x Escola e Aluno x Professor, entre outros. Ou seja, a família tem como dever e obrigação acompanhar o processo da escolaridade das crianças.

Tal importância dessa presença no contexto escolar é publicamente reconhecida na legislação nacional e nas diretrizes do Ministério da Educação aprovadas no decorrer dos anos 90, tais como:

- Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei nº 8.069/90), nos artigos 4º e 55;
- Política Nacional de Educação Especial, que adota como umas de suas diretrizes gerais: adotar mecanismos que oportunizem a participação efetiva da família no desenvolvimento global do aluno.
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96), artigo 1º, 2º, 6º e 12º;
- Plano Nacional de Educação aprovado pela (Lei nº 10.172/2007), que define como uma de suas diretrizes a

implantação de conselhos escolares e outras formas de participação da comunidade escolar (composta também pela família) e local na melhoria do funcionamento das instituições de educação e no enriquecimento das oportunidades educativas e dos recursos pedagógicos.

- Resolução CNE/CEB nº 2/2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial em Educação Básica,
- Resolução CNE/CEB nº 4/2009, que Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial;
- Lei nº 9.394/96, que Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- Lei nº 7.853/1989, que estabelece as normas gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiências, e sua efetiva integração social, nos termos desta Lei;

A sociedade surge por uma parceria de sucesso entre famílias e escolas, pois acreditamos que só assim poderemos realmente fazer uma educação de qualidade e que possa promover o bem estar de todos. Só assim poder-se-á alcançar uma sociedade coerente em que seus agentes conheçam e cumpram seus papéis em todos os processos, sobretudo, no processo educacional, sem deixar de lado o familiar e o social.

A escola é construída por uma equipe diretiva, juntamente com os gestores e os professores. Essa equipe tem um papel importante na construção, na produção, na organização e na implementação do projeto. Assim, professores e estudantes são fundamentais na articulação do

projeto da escola e devem participar ativamente da sua construção. Na Educação Integral, todos são corresponsáveis e trabalham juntos na construção de uma educação de qualidade. Em uma escola de educação integral, a equipe de professores identifica as expectativas e necessidades de desenvolvimento integral dos seus estudantes e propõe ou articula oportunidades educativas capazes de atendê-las.

CONCLUSÃO

A inclusão é um movimento mundial de luta das pessoas com deficiências e seus familiares na busca dos seus direitos e lugar na sociedade. Para que ocorra a inclusão, faz-se necessário uma mudança nas políticas educacionais. Portanto as mudanças são fundamentais para inclusão, mas exige esforço de todos possibilitando que a escola possa ser vista como um ambiente de construção de conhecimento, deixando de existir a discriminação de idade e capacidade.

A Educação Especial é muito mais do que uma escola especial, sua prática não precisa estar limitada a um sistema paralelo de educação, e sim fazer parte da educação como um todo, acontecendo nas escolas regulares e constituindo-se em mais um sinal de qualidade em educação, quando oferecida a qualquer aluno que dela necessite. Para isso, a educação deverá ter um caráter amplo e complexo, favorecendo a construção ao longo da vida, e todo aluno, independente das dificuldades, poderá beneficiar-se dos programas educacionais, desde que sejam

dadas as oportunidades adequadas para o desenvolvimento de suas potencialidades. Isso exige do professor uma mudança de postura além da redefinição de papéis que possa assim favorecer o processo de inclusão.

A inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema de ensino regular possibilita o resgate da cidadania e a ampliação das perspectivas existenciais, pois não basta uma legislação que determinem a criação de cursos de capacitação básica de professores, nem a obrigatoriedade de matrículas nas escolas da rede pública. Para que a inclusão seja uma realidade, será necessário rever uma série de barreiras, além da política e práticas pedagógicas e dos processos de avaliação.

Para que ocorra o processo de ensino e aprendizagem, faz-se necessário que tenhamos o conhecimento do desenvolvimento humano e suas relações com o processo de ensino aprendizagem. Devemos investir em capacitação, utilizar novas tecnologias, atualização, sensibilização, envolvendo toda a comunidade escolar. Diante dessa realidade, temos que focar na formação do professor, pois, é importante para o aprofundamento de discussões teóricas, proporcionando vantagens com a melhoria do processo de ensino e aprendizagem. Deve-se também orientar o professor para a resolução de problemas do cotidiano na sala de aula, criando benefícios para todos os alunos.

A educação inclusiva no modelo atual é um desafio que nos obriga a repensar a escola, sua cultura, sua política e suas práticas pedagógicas. Dessa forma estará atendendo não somente aqueles com deficiência, mas todos aqueles

atualmente marcados pelo ciclo de exclusão e do fracasso escolar. Não temos nenhuma proposta de inclusão que possa ser generalizada ou multiplicada, pois ainda é incipiente, no entanto é de consenso que esse processo é de responsabilidade de toda a sociedade e por tanto é preciso que a escola esteja aberta para a "escuta", favorecendo assim, as trocas para a construção do processo de inclusão escolar.

Concluímos que para o processo de inclusão escolar é preciso que haja uma transformação no sistema de ensino que vem beneficiar toda e qualquer pessoa, levando em conta a especificidade do sujeito e não mais as suas deficiências e limitações. Passamos então a acreditar que o nosso maior obstáculo para mudança está dentro de nós mesmos, seja em através das nossas atitudes, seja através dos nossos medos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1998.

BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8069 de Julho de 1996.

BRASIL. Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional. nº 5.692/71.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. Diário Oficial da União, Brasília, 14 set. 2001. Seção 1E, p. 39-40.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Resolução CNE/CEB nº4, de 2 de outubro de 2009. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 2009, Seção 1, p. 17.

Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica/ Secretaria de Educação Especial-MEC; SEESP, 2001.

PADILHA, A. M. L. O que fazer para não excluir? . Davi, Hilda, Diogo... In: GÓES, M. C., 2004. p. 96-97

R.; LAPLANE, A. L. F. (Org.) **Políticas e Práticas de Educação Inclusiva.** São Paulo: Autores Associados, 2004. GODOY, Andréa et al. **Cartilha da inclusão dos direitos das pessoas com deficiência.** Belo Horizonte: PUC Minas, 2000, p.52.

PRIETO, Rosângela Gavioli. Políticas públicas de inclusão: compromissos do poder público, da escola e dos professores. São Paulo: Cortez, 2000, p.25.

MACEDO, Neusa Dias de. Biblioteca escolar brasileira em debate: da memória profissional a um fórum virtual. São Paulo: Senac, 2005. p. 44

MANTOAN, Maria Tereza Eglêr. Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?. São Paulo: Moderna, 2005, p.27.

SASSAKI, Romeu Kasumi. Inclusão: Construindo Um a Sociedade Para Todos. 3^a edição. Rio de Janeiro: WVA, 1999, p.41.

MITTLER, Peter. Educação Inclusiva: Contextos Sociais/ Peter Mitler; trad. Windyz Brandão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil (1997). 19^a edição. Petrópolis: Vozes, 1997.

MONTEIRO, Mariângela da Silva. Ressignificando a educação: a educação inclusiva para seres humanos especiais. In: Direitos da Criança e do Adolescente. ABMP - Associação Brasileira de Magistrados e Promotores-UNICEF: Volume 1, 2004. Disponível em: Acessado em 02 de Julho de 2015.

NASCIMENTO, Maria E. P. do. Os profissionais da educação infantil e a Nova Lei de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional. IN: FARIA, Ana Lúcia G. de. e PALHARES, Marina S. (orgs) Educação Infantil Pós-LDB: rumos e desafios. Campinas: Editores Associados, 2003. p. 72

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília - Janeiro de 2008. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008.

Editora
Philos
www.editoraphilos.com